



Estado do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA

**A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ADOTADA
NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE SANTA
HELENA - PR**

Adriela Sterchile

Toledo – Paraná – Brasil

2016



Estado do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ADOTADA NOS
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE SANTA HELENA - PR

Adriela Sterchile

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/*Campus* Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terezinha Corrêa Lindino

JUNHO/2016

Toledo – PR

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S838c Sterchile, Adriela
A concepção de educação ambiental adotada nos estabelecimentos de ensino de Santa Helena - PR / Adriela Sterchile. -- Toledo, PR : [s. n.], 2016.
103 f. : il.(algumas color.), figs., graf., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Corrêa Lindino
Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Engenharias e Ciências Exatas.

1. Ciências ambientais - Dissertações 2. Educação ambiental - Estudo e ensino (Ensino fundamental) 2. Práticas de ensino 3. Ecologia - Estudo e ensino I. Lindino, Terezinha Corrêa, orient. II. T.

CDD 20. ed. 363.70071

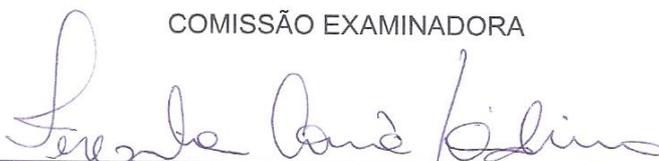
FOLHA DE APROVAÇÃO

ADRIELA STERCHILE

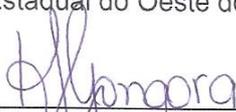
“A concepção de Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino de Santa Helena - PR”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais – Nível de Mestrado, do Centro de Engenharias e Ciências Exatas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, pela Comissão Examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Terezinha Corrêa Lindino
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Presidente)



Prof^ª. Dra. Karen Hyalmager Gongora Bariccatti
Universidade Tecnológica Federal do Paraná



Prof. Dr. Paulo Vanderlei Sanches
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof^ª Dra. Eveline Favero
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovada em: 07 de abril de 2016.

Local de defesa: Auditório do GERPEL – UNIOESTE/campus de Toledo.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo,
qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

Chico Xavier

AGRADECIMENTO

Inicialmente, desejo agradecer a Deus pela vida e pela oportunidade concedida em mais uma jornada neste plano terrestre, permitindo assim nova possibilidade de crescimento.

À família pelo incentivo neste período de estudos e compreensão pelo distanciamento e ausências.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, por mais essa etapa de formação aqui concluída. Agradeço ao Programa de Pós Graduação Strictu Sensu em Ciências Ambientais pela acolhida e suporte na realização dos trabalhos.

Aos estimados mestres que socializaram seus conhecimentos e experiências, especialmente à querida professora Terezinha Corrêa Lindino pela orientação e dedicação.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com a realização deste trabalho, minha gratidão.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	08
LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.....	09
RESUMO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – PRINCIPAIS ASPECTOS DA CULTURA AMBIENTAL BRASILEIRA.....	16
1.1 Cultura ambiental Municipal em análise.....	28
1.2 Cultura ambiental escolar em foco.....	32
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS PRÁTICAS.....	37
2.1 A Educação Ambiental Formal.....	43
2.2 Implantação da Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino brasileiros.....	48
2.3 Práticas ambientais <i>in lócus</i> escolar.....	51
CAPÍTULO III– METODOLOGIA DA PESQUISA.....	57
3.1 Objeto de estudo: município de Santa Helena – PR	58
3.2 Definição, caracterização da amostra, instrumento de coleta	63
3.3 Análise dos dados.....	66
CAPÍTULO IV - A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL UTILIZADA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE SANTA HELENA.....	73
CONCLUSÃO.....	85
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	95
ANEXOS.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EA - Educação Ambiental

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PEEA - Política Estadual de Educação Ambiental

MEC - Ministério da Educação

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

ONGs – Organizações Não Governamentais

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

PPA – Programa Parâmetros em Ação

MMA - Ministério do Meio Ambiente

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

FIGURA 01. Natureza e Cultura	17
FIGURA 02. Responsabilidade Ambiental	20
FIGURA 03. Cultura Ambiental Escolar.....	35
FIGURA 04. Cultura Ecológica	41
FIGURA 05. Educação Ambiental	42
FIGURA 06. Organograma da Educação Ambiental Formal	45
FIGURA 07. Estabelecimentos de Ensino	49
FIGURA 08. Educação Ambiental Formal	51
FIGURA 09. Objeto de Estudo: Município de Santa Helena	63
FIGURA 10. Faixa etária dos entrevistados	73
FIGURA 11. Panorama Geral – Escolaridade	74
FIGURA 12. Concepção de EA utilizada na amostra estudada	82
FIGURA 13. Cultura Ambiental	87
FIGURA 14. Educação Ambiental (Layrargues; Lima 2011)	89
TABELA 01. Categoria para análise das informações coletadas	75
TABELA 02. Categoria E. A. Teórica	79
TABELA 03. Categoria E. A. Prática	80

STERCHILE, Adriela. A Concepção de Educação Ambiental adotada nos estabelecimentos de ensino de Santa Helena – PR., 2016, 103f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Campus Toledo. Toledo, 2016.

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) constitui-se em uma demanda para a sociedade atual a fim de assegurar uma convivência harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente. Muitos pesquisadores vêm se dedicando à questão ambiental e assim, muitos estudos estão sendo publicados, evidenciando o processo de construção e aperfeiçoamento da EA. Esta pesquisa procurou identificar aspectos da Educação Ambiental desenvolvidos nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena. Inicialmente, discute-se a formação da cultura ambiental na cidade, os elementos e a dinâmica que a constituem na comunidade. O objetivo central foi contextualizar e analisar a compreensão de EA utilizada nos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena – PR, de modo a identificar o conceito de EA formal; caracterizar a cultura ambiental do município de Santa Helena e discutir os meios de acesso e implantação da EA nos estabelecimentos de ensino. Para isso, foram confrontadas as práticas ambientais existentes nos estabelecimentos estudados com as ações previstas no programa de Educação Ambiental. De cunho exploratório, a presente pesquisa baseou-se nas seguintes técnicas: levantamento bibliográfico e documental, e questionário. Após o levantamento e a recolha do material, foram construídas as hipóteses, que foram validadas, a partir da construção dos critérios de classificação, que são as categorias de significação, orientadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). As categorias de classificação foram desenvolvidas a partir das três macrotendências em Educação Ambiental: Tendência Conservacionista, Tendência Pragmática e Tendência Crítica. Por meio dos estudos realizados foi possível perceber que os educadores superaram a visão ecológica da EA e, estão conseguindo avançar em suas práticas, deixando de serem pontuais e sem continuidade, fundamentadas na mudança de comportamento individual e na sensibilização com a natureza. No entanto, percebe-se que no âmbito teórico os educadores demonstram segurança em assumirem posturas mais críticas com relação ao ensino de EA, porém, não conseguem trazer essas posturas para suas ações no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Ambiental; Cotidiano Escolar; Práticas Pedagógicas Ambientais.

STERCHILE, Adriela. The Environmental Education concept adopted by teaching establishments of Santa Helena-PR. 2016, 103f. **Dissertation** (Master's Degree Program in Environmental Sciences). West Parana State University – Unioeste/Toledo Campus. Toledo, 2016.

ABSTRACT

The Environmental Education (EE) has as one of its finalities to stimulate knowledge and actions that promote the reflexion upon the existent relationship between society and environment. Many are the researchers that dedicate to this finality, which enhance the need for continuous improvement on EE. In this sense, this research aims to analyse EE comprehension used at the teaching establishments at the town of Santa Helena – PR, in a way to identify which is the concept of formal EE adopted by the participants that justifies and characterises the environmental culture of the town, and discuss the means of access and implantation of EE at the teaching establishments. For that, we opt with the use of document research techniques and questionnaires. In this research we searched to evaluate if the existent environmental practices at the studied establishments meet the prevised actions at ProNEA – National Program of Environmental Education, by meaning categories, guided by the Bardin Content Analysis technique (2011). Such categories were elaborated from three macro tendencies in EE, proposed by Layrargues e Lima (2011): Conservationist Tendency, Pragmatic Tendency and Critic Tendency. As such, it was possible to notice that the participant educators are managing to overcome the ecological vision of EE, toning down the promotion of disconnected practices based on the change of individual behaviour or empathy with nature. But this overcoming is still on the theoretical plane, since they don't demonstrate confidence in assuming more critical postures regarding EE teaching. However, they still cannot transpose these ideas for their actions on school routine.

KEYWORDS: Environmental Culture, School Routine, Environmental Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

Com o propósito de minimizar os impactos ambientais provocados pelo consumo dos recursos naturais, a Educação Ambiental (EA) vem assumindo uma postura que assegura a conscientização das convergências e divergências entre o desenvolvimento econômico, do sistema produtivo e a preservação da natureza. Conforme Layrargues e Lima (2011), a necessidade de despertar um sentimento sobre a natureza originou-se:

[...] como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do 'conhecer para amar, amar para preservar', orientada pela conscientização 'ecológica' e tendo por base a ciência ecológica (2011, p. 05).

Com o desenvolvimento das várias maneiras de se conceber a EA, estudiosos e pesquisadores sobre o assunto perceberam que as perspectivas sempre indicavam a necessidade de novos olhares sobre o conceito em si, as suas práticas e a sua forma de execução, tanto em ambientes escolares quanto fora deles. Neste sentido, ao perceber a necessidade de olhar os aspectos sociais, culturais e políticos para entender a relação estabelecida entre os homens e a natureza, tais aspectos tornaram-se características atribuídas à EA.

A realidade como fruto das relações estabelecidas entre os homens e a natureza, e dos homens entre si, indica-se a carência de análise dos interesses, das conjunturas sociais e de assumir um posicionamento crítico associados às ações efetivas estabelecidas. Indica-se ainda a necessidade de verificar qual relação estamos exercendo com o Ambiente.

Mas apenas o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada, é necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo. (GUIMARÃES, 2004, p. 29).

Os aspectos sociais, juntamente com o ser humano e o meio ambiente, devem ser considerados para entender a crise ambiental. Neste sentido, segundo Layrargues e Lima (2011), a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza.

A EA assume um perfil questionador, reflexível e transformador. E, assumindo os princípios de Paulo Freire, adverte-se para a necessidade da formação de cidadãos emancipados, autores de sua própria história, pois a partir da compreensão das relações estabelecidas entre sociedade e natureza, é que o homem terá condições de analisar e intervir sobre os problemas ambientais (CARVALHO, 2004).

Sendo assim, os aspectos sociais e culturais quando considerados na relação homem-natureza, sugerem a preocupação com o coletivo, o respeito à cultura local e suas derivações. Em outras palavras, entender as crenças e os valores locais como instrumentos para fortalecer a Educação Ambiental.

Portanto, ao criar situações de aprendizagem e proporcionar aos cidadãos uma síntese, por meio da incorporação do conhecimento estudado, assume-se a necessidade do desenvolvimento de novas posturas diante do meio ambiente, do consumo e da preservação e manutenção dos recursos não renováveis. A partir desta síntese, defendem Anastasiou et al. (2003), o sujeito da aprendizagem terá consciência da sua responsabilidade com o meio ambiente e com o meio social que vive.

Sabe assim que a EA foi

[...] concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas (CARVALHO, 2012, p.51).

Mas, foi “[...] em um segundo momento que a EA [foi] se transformando em uma proposta educativa no sentido forte, isto é, que dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saberes” (CARVALHO, 2012, p.52).

Assim, considerando que todos os Seres Humanos frequentarão uma instituição de ensino em algum momento de suas vidas, a escola representa um papel relevante na formação cultural, social e econômica das pessoas

(ALTHUSSER, 1999 apud LAYRARGUES, 2006, p. 04). Sendo assim, ao percebermos a EA como parte da Educação, entendemos sua abrangência e campo de atuação.

Historicamente, a EA tem seu marco inicial partir de 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, no Brasil. Seus princípios são fundamentados nos conceitos de ética, sustentabilidade, identidade cultural, solidariedade, emancipação pessoal, entre outros. Nos dias atuais, a EA é orientada a partir do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Desde 2013, no estado do Paraná, a orientação é da Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA), que objetiva promover a EA em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como o engajamento da sociedade para a preservação e conservação do meio ambiente, abrangendo as orientações para a educação formal e não formal.

As ações sugeridas pela EA envolvem saberes do campo educacional e do campo ambiental. Todavia,

Apesar de bem intencionados, os educadores, ao desenvolverem atividades reconhecidas como Educação Ambiental, apresentam na maioria das vezes, uma visão fragmentada, simplista e reduzida da realidade, se apegando, por sua vez, aos paradigmas da sociedade moderna. O problema consiste, então, no fato dessa visão simplista ser repassada não só na educação formal, mas na informal também. Isso ocorre pelo simples fato de que, os professores, ao não perceberem que os problemas ambientais decorrem dos conflitos entre os interesses privados e o bem coletivo, bem como, da sociedade entre a natureza, não questionam as causas profundas da crise ambiental, difundindo-se nas esferas educacionais, e particularmente nas escolas (SILVA, 2012, p. 33).

Desta forma, muitas ações ainda se restringem apenas ao ecológico (campo ambiental) visando desenvolver novos comportamentos individuais. No entanto, não basta conhecer o problema e assumir novas posturas, faz-se necessário compreender as causas para, então, instrumentalizar os cidadãos para agirem em seu contexto.

A fim de examinar como está ocorrendo a EA nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena-PR, esta pesquisa propõe-se a coletar *in*

locus o contexto histórico e documental da origem do campo de formação, de atuação, dos desafios e das perspectivas das ações existentes.

Do mesmo modo, espera-se reconhecer em que medida a cultura ambiental local influencia a concepção e as ações de EA nos estabelecimentos de ensino em um município. Acredita-se que, ao realizar essa pesquisa, seja possível caracterizar qual tendência de EA é predominante no município de Santa Helena, para então identificar como os aspectos culturais influenciam na tomada de decisões, nas concepções assumidas e nas atividades desenvolvidas.

Para discorrer sobre a problemática enunciada, o texto compreende quatro capítulos. No primeiro capítulo, sob o título, *Principais Aspectos da Cultura Ambiental Brasileira*, discuti-se como se forma a cultura ambiental num país, num município e numa escola.

No segundo capítulo, *Educação Ambiental e suas Práticas*, redigi-se a trajetória histórica da EA, seu processo de implantação e, por fim, algumas práticas ambientais existentes na educação formal.

No terceiro capítulo, *Metodologia da Pesquisa*, apresenta-se a metodologia adotada para coleta de dados e sua tabulação; bem como, a apresentação das categorias de significação, sendo que esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e, após, apresentação do município selecionado para desenvolver a pesquisa.

No quarto capítulo, *A Concepção de Educação Ambiental utilizada nos Estabelecimentos de Ensino de Santa Helena*, apresenta-se como os entrevistados entendem a Educação Ambiental desenvolvida no município e as possíveis contribuições das práticas desenvolvidas.

CAPÍTULO I

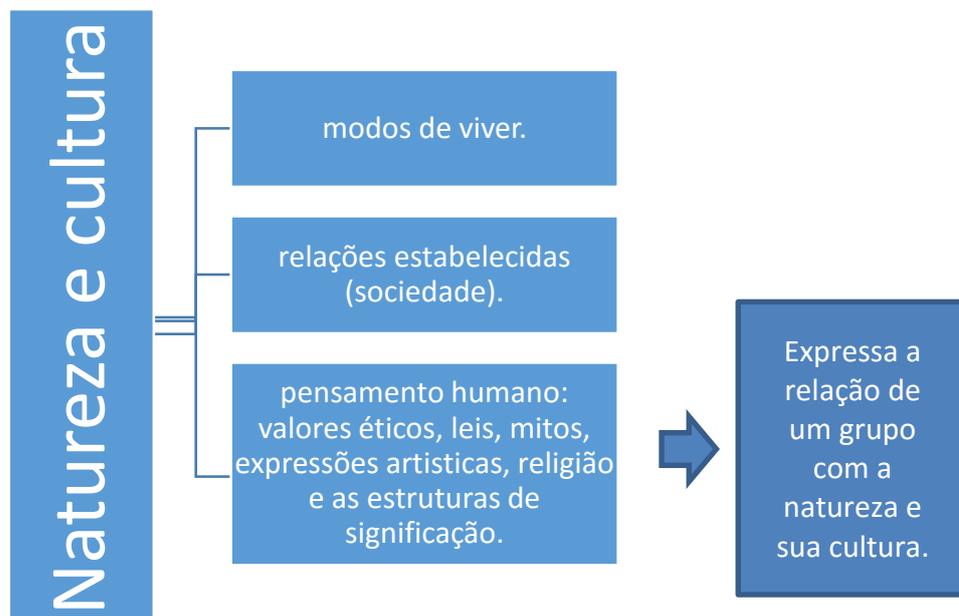
PRINCIPAIS ASPECTOS DA CULTURA AMBIENTAL BRASILEIRA

As questões ambientais convidam-nos a rever nossa perspectiva histórica sobre o Ambiente, bem como questionar a premissa de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de modo a vislumbrar a ideia de que os humanos são uma espécie distinta e que as consequências ecológicas das suas ações possam ser ignoradas. Assim, este convite nos indica a necessidade de revisitar a trajetória da história ambiental, com o objetivo de verificar quais influências o humano sofreu da natureza e como esta reagiu à influência daquela.

Desta forma, utilizou-se do texto de Worster (1991) para conceituar a relação estabelecida entre indivíduo e natureza. Inicialmente, o autor chama atenção à ideia construída sobre natureza e ambiente social, pois afirma ocorrer um consenso a respeito de que a natureza se caracteriza como *o mundo não humano* e, conseqüentemente, o mundo social corresponde às interações indivíduo-sociedade, descartando a natureza.

No entanto, a ação humana está tão próxima da natureza, por meio das suas construções que, além de expressar sua cultura, constroem uma *segunda natureza*, minimizando as consequências da ação humana na natureza ou tornando-as naturais, o que torna difícil separar o que é natureza e o que é artefato. No processo histórico de sobrevivência, o indivíduo vai aperfeiçoando suas técnicas de construção e exploração dos recursos naturais, exprimindo sua cultura ao se apropriar de um recurso, ou até mesmo, ao valor atribuído a este.

De tal modo, compreende-se que a natureza é carregada de significados e valores ligados ao modo de viver e de subsistência humana, portanto, as ideias não nascem do nada, mas, surgem nas relações estabelecidas na sociedade, entre seus membros e com a natureza. O pensamento humano é tido como fonte de expressão dos seus valores éticos, leis, mitos e demais estruturas de significação que se estabelecem na relação de um grupo ou de uma sociedade com a natureza e sua cultura, conforme Figura 1.

Figura1. Natureza e Cultura

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Por conseguinte, ao analisar a trajetória da história ambiental, é possível compreender a cultura de um grupo, ou seja, constatar a relação desenvolvida para sua subsistência, a maneira como utilizam a natureza e a incorporam na sociedade e como se configura a influência desse sistema nas pessoas, pois, “[...] o modo como o fazem, permite identificar seus valores, seus princípios sociais, econômicos e culturais” (WORSTER, 1991, p. 208). Neste sentido, se entendermos que a crise ambiental vivida na atualidade é resultante do modo de produção capitalista, que estimula o consumismo e, conseqüentemente, a produção em larga escala, conclui-se que, há a necessidade de se observar a cultura desenvolvida entre o modo de produção capitalista e suas repercussões para e na crise ambiental supracitada.

Ferreira (2000) apresenta os problemas socioambientais como um dos níveis da crise do capitalismo. A autora alerta que não podemos mais conceber o ambiente desvinculado da presença humana, pois em qualquer ambiente observamos a presença e ação do indivíduo e, conseqüentemente, os limites ambientais vividos.

O envolvimento do coletivo diante deste cenário tem como finalidade analisar e compreender algumas ações e práticas. A responsabilidade com o Ambiente se fundamenta como fruto de um processo cultural e, neste sentido, precisa-se

compreender o poder da cultura na formação social e no comportamento adotado. Vários autores conceituaram o termo cultura. Dentre eles, destacamos Renato Ortiz e Ignacy Sachs.

Ferreira aponta que Ortiz defende a ideia de cultura como “[...] fronteiras que lhes são próprias, embora sua dimensão pudesse variar” (2000, p.141). Já Sachs, que “[...] é um conjunto de valores, dos usos e das instituições, profundamente ligado a postulados éticos [num] jogo de harmonização do social, do ecológico e do econômico, que é o estilo de vida” (2000, p.141). Fundamentalmente, devemos conceber a ideia de que não é possível relacionar a cultura a um determinado espaço físico, visto que ela transcende os limites geográficos, como aponta Ortiz (1997).

Presentemente, com a diversificação dos produtos, as necessidades oriundas do modo de trabalho e a produção em larga escala, várias são as ações que minimizam a cultura local valorizando a mundialização da mesma, o que dificulta identificar aonde começa e onde termina a cultura de um povo. Sachs (2000), ao abordar o papel da cultura como mediadora entre sociedade e natureza, alerta sobre o conceito de *desenvolvimento sem adjetivos*, pois algumas vezes, seu uso está mais para justificar determinadas ações, em nome do desenvolvimento econômico, que mais agridem o Ambiente.

Segundo o autor, temos que entender que *desenvolvimento* é diferente de *crescimento* econômico. Este último, muitas vezes, somente considera os custos sociais e ecológicos, promovendo um mau desenvolvimento. Aquele indica a necessidade de compreensão das três frentes: a social, a ambiental e a econômica. Ele aponta que focar-se no desenvolvimento econômico a todo custo, não considerando os prejuízos acarretados ao Ambiente e à população, é arriscado.

O oposto também é perigoso, pois, deter-se apenas ao meio ambiente, cometendo-se erros sociais graves, como o desemprego ou alto custo na produção de alimentos. Ao se preocupar equitativamente com as três frentes, estar-se-á no caminho do desenvolvimento harmônico, e não fazendo sobressair um em detrimento dos outros.

Para atingir esse desenvolvimento, tanto Ortiz (1997) quanto Ferreira (2000) e Sachs (2000) apontam os aspectos culturais para entendermos as relações estabelecidas entre a sociedade e à natureza, pois, “É cultura todo nosso

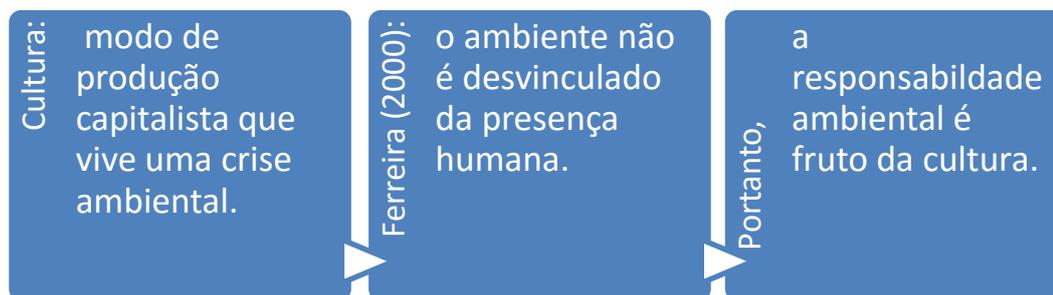
conhecimento do meio em que vivemos (...). O conceito de recurso é um conceito iminentemente cultural e, portanto, histórico. É aquela parcela do meio que eu sei utilizar para um fim que considero útil” (SACHS, 2000, p. 09). Assim, ao estudar a diversidade cultural de cada povo, percebe-se dinâmicas diferentes em ecossistemas semelhantes, formando uma vasta diversidade de ações.

Ao conciliar o saber prático e o conhecimento científico das diferentes populações facilmente visualizaremos estratégias para o desenvolvimento que permitem a manutenção dos recursos naturais, como ocorreu de geração para geração antigamente até nossos dias. Ao identificar essa postura com comprometimento ético com as próximas gerações, crescer economicamente, sem prejudicar o Ambiente, é estar comprometido com o futuro, Sachs (2000, p. 10) afirma que:

[...] um brasileiro não vive da mesma maneira do que um hindu. Um francês não vive da mesma maneira que um americano. E isto não é só a diferença cultural. As diferenças culturais, os valores, a história, o peso do passado, tudo isso influi para que haja estilos de vida diferentes.

O estilo de vida adotado acaba revelando o estilo de consumo assumido por uma pessoa, de forma que culturalmente o consumo é incentivado, independente do custo ambiental. Ele é determinante quando utilizamos as três frentes supracitadas, visando à harmonização entre o social, o ecológico e o econômico; por conseguinte, para conquistar a harmonia entre as três frentes mencionadas, faz-se necessário desenvolver uma ética ambiental, baseada nas relações entre seres humanos e ambiente.

As novas dimensões e bases a serem assumidas deverão fundamentar-se na conservação da natureza em comunhão com a integridade humana, considerando o sujeito, a partir da sua relação com a comunidade e com o ambiente, descartando assim a fundamentação exclusiva no crescimento econômico. Logo, a cultura compreende nosso modo de viver, as relações que estabelecemos entre nossos pares e com o meio que nos cerca, os valores do grupo em que estamos inseridos, as expressões artísticas, os mitos, as religiões, enfim, as manifestações humanas (FERREIRA, 2000, p.142), vide Figura 2.

Figura 2. Responsabilidade Ambiental

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

A produção intelectual é outro aspecto de entendimento de uma cultura, pois, é ela que desperta no ser humano o sentimento de pertencimento a um grupo e, principalmente, sua identidade. Neste sentido, a sociedade ao se constituir, passa a construir sua identidade, seu jeito de agir e reagir diante das situações do cotidiano.

Também planeja suas ações e organiza seu modo de viver. Cada nova geração recebe uma cultura formada (seus hábitos, usos e costumes) num processo contínuo. No entanto, essa cultura não é imutável. Ela igualmente sofre a ação tanto dos membros internos quanto dos aspectos externos. As sociedades estabelecem relações com o Ambiente que variam de acordo com objetivo, interesses e necessidades de cada grupo.

Nesse sentido, podemos encontrar vários tipos de cultura: a religiosa, a popular, a indígena, a escolar e a ambiental, cujas especificidades, aproximações e limites são simbólicos. Observamos também que por possuir peculiaridades, o Ambiente a que esta sociedade está exposta se convencionou de modo diferente. Assim, para esta pesquisa nos limitaremos aos atributos referentes à cultura ambiental e escolar. Essencialmente, a antropologia apresenta contribuições significativas para a compreensão da cultura ambiental, identificando os papéis que os diferentes setores e classes sociais desenvolvem com relação às suas práticas e compreensão do meio natural, além de compreender a cultura como um processo e não como um produto acabado.

Outro aspecto que motivou estudos foi a discussão sobre a divisão entre cultura e natureza e percebeu-se a impossibilidade de separá-las. De tal modo, "Ao

consumir a cultura, essas novas gerações fazem-na sua, interiorizam-na e, por essa via, se convertem em seus transmissores” (FOLADORI et al., 2004, p. 337).

Por ser a cultura um processo dinâmico, podemos observar que ela constantemente se aperfeiçoa, sem perder sua essência. Por exemplo, a colonização portuguesa foi um dos elementos que contribuiu para a formação do povo brasileiro e sua cultura. Porém, esta também deixou suas marcas na natureza, pelo modo de exploração das matas existentes, pela exploração dos rios, fauna, flora entre outros, e também, pela implantação da agricultura, fatores esses que impulsionaram a acumulação primitiva do capital, que acompanharia o desenvolvimento do capitalismo.

Para Martinez (2005), a agricultura foi um meio de assegurar a colonização, bem como, a produção de riquezas. Ou seja, a colonização portuguesa ocorrida na América encontrou na agricultura o meio recorrente de ocupação e de exploração colonial. Mais ainda, a exploração em larga escala, com a aplicação da monocultura no solo, provocou impactos fortíssimos na natureza. Assim, o autor aponta que o

[...] baixo nível técnico, sob o qual se desenvolveu a agricultura na colônia, completou o desgaste e a esterilização dos solos. Esta seria a maior consequência do sistema extensivo que implementou a agricultura colonial (MARTINEZ, 2005, p.79).

Logo, o território brasileiro sofreu influências da cultura portuguesa no processo de colonização, por meio das estratégias adotadas para garantir a ocupação no *novo mundo*: a agricultura influenciando no modo de viver e de se relacionar com a natureza, muitas vezes calcada em ações devastadoras dos recursos naturais, por exemplo, a expropriação de riquezas minerais e vegetais existentes no Brasil.

Importante salientar que esses elementos eram valiosos para a cultura portuguesa, mas também para os nativos brasileiros. Com o passar dos tempos, funcionários da administração da colônia começaram a se preocupar e a se inquietar com o processo de extrativismo e cultivo do solo (agricultura) aqui desenvolvido. No entanto, não obtiveram êxito ao alertar os colonos aqui estabelecidos.

Historicamente, os avisos emitidos se formalizavam em virtude de comparações entre regiões do planeta que sofriam com solo árido, com extinção

das florestas devido à exploração (colonizadas ou não pelos portugueses), alertando que se não ocorressem mudanças na maneira de trabalhar a terra, a situação se repetiria aqui. “O ponto essencial, portanto, não estava na mera constatação de exemplos históricos relativamente distantes; mas sim, na possibilidade de sua replicação onde quer que se adotem padrões semelhantes de uso destrutivo da terra” (PÁDUA, 2010, p. 85).

Válido destacar que os problemas ambientais apontados são de caráter econômico. O social, por exemplo, a escravidão e as tecnologias rudimentares utilizadas eram vistos como consequências aceitáveis. Martinez (2005, p. 79) defende assim que o

[...] traço fundamental da formação histórica da sociedade brasileira está na constituição das relações entre grupos sociais e na relação destes com a natureza, a devastação ambiental revela-se, aqui, condição e resultado do complexo de estímulos externos à acumulação primitiva de capital que caracteriza o antigo sistema colonial.

Neste sentido, ao (re)contar a história ambiental brasileira percebe-se que a devastação da natureza existiu, e ainda existe, alterando apenas as técnicas utilizadas pelos que lá habitam. Nota-se que atualmente a agricultura está modernizada, mas para atingir altos níveis de produção (ainda presenciamos a utilização de insumos agrícolas para intensificar o processo).

Mas, para além da agricultura, a industrialização brasileira recebe incentivos por parte do governo, iniciando uma nova fase do desenvolvimento econômico contemporâneo do país. As discussões sobre Ambiente iniciam-se no cenário internacional no século XX, destacando a preocupação com o uso de defensivos agrícolas. O livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, publicado em 2010, e as previsões malthusianas do Clube de Roma, por meio do relatório *Os limites do crescimento* são exemplos de resistências nesta época.

Enquanto a comunidade internacional se reunia em torno desta situação, procurando estratégias para minimizá-la na Conferência de Estocolmo (1972), o governo brasileiro estava em um momento de abertura de portas para o processo de industrialização e a agricultura mundialmente discutíveis. Dias relata que representantes do Brasil afirmam que “[...] o país não se importaria em pagar o

preço da degradação ambiental desde que o resultado fosse o aumento do PNB (Produto Nacional Bruto)” (DIAS, 2003, p. 36).

Esta situação gerou uma comoção internacional, pois enquanto representantes de vários países se reúnem para discutir os riscos da degradação ambiental, o Brasil não dificultava a entrada de multinacionais, estimulando um desenvolvimento econômico que poderia comprometer o Ambiente. Entendia-se, na época, que a preservação do Ambiente seria um empecilho para o desenvolvimento econômico, finaliza o autor.

No ano seguinte à Conferência, o governo federal criou a secretaria do Ambiente, iniciando ações de preservação e conservação, embora com pouco espaço, essa secretaria contribuiu significativamente, criando as bases das leis ambientais e estruturas que continuam até nossos dias, além de estabelecer o programa das estações ecológicas que visavam à pesquisa e proteção. Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria do Ambiente podem-se destacar os cursos de formação de professores em Ecologia, procurando reformular as propostas curriculares e estimular a prática educativa ambiental.

Desta forma, a iniciativa da Secretaria em promover um projeto de EA em Ceilândia-DF, centrada em um “[...] currículo interdisciplinar e que tem por base os problemas e necessidades da comunidade” (DIAS, 2003, p. 38), procurou atender às recomendações internacionais sobre a Educação Ambiental. Em consequência, em 1976, foi firmado um Protocolo de Intenções entre o – Ministério da Educação (MEC) e o Minter, objetivando incluir a Ecologia nos currículos de ensino de 1º e 2º graus, que até esse momento a “[...] visão ainda restringe-se à Ecologia descritiva (fauna e flora)” (DIAS, 2003, p. 39).

Nos anos subsequentes, intensificaram-se as ações procurando fortalecer o ensino e a pesquisa em ecologia no país; bem como, a busca para legalizar e instrumentalizar a Educação Ambiental, todas buscando atender as recomendações da Política Nacional de Ambiente. Cabe aqui ressaltar que as iniciativas seguiram também no interior da Secretaria, organizando um grupo de trabalho a fim de definir o papel da EA no contexto da realidade socioeconômico-educacional brasileira, declara o autor.

No âmbito dos estabelecimentos de ensino, observa-se que a Ecologia ganhou espaço e iniciativas surgiram principalmente nos grandes centros (por

exemplo, São Paulo). Assim, em 1979, o Departamento do Ensino Médio do MEC lança com a Cetesb – SP o documento *Ecologia: uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus*. Contudo, em suas pesquisas, Dias aponta que este documento apresentou “[...] uma tendência reducionista, que ignora os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos e outros, recomendados na Conferência de Tbilisi” (2003, p. 40).

A resistência em conceber a integralidade do ser humano com a natureza, sua interação por meio das suas relações sociais com o Ambiente, fortalecia a ideia de que a natureza está distante e alheia ao indivíduo. Desta forma, em 31 de agosto de 1981, sancionou-se a Lei nº 6938, denominada como Política Nacional do Ambiente, como um valioso instrumento para amadurecimento e consolidação da política ambiental no país. Neste ano, também, criou-se o Conselho Nacional do Ambiente (Conama), formado por representantes de vários ministérios e membros de órgãos ambientais estaduais e municipais (DIAS, 2003).

Além da criação deste Conselho e da lei, a preocupação com as questões ambientais se fortaleceram e foram conquistando mais espaços. Orientadas por ações internacionais, por exemplo, as estabelecidas na Conferência de Viena, em 1985, especialmente no Brasil, inicia-se uma nova fase em termos de proteção da vida humana e da natureza. Aos poucos, mas a passos curtos, se passa a compreender a relação entre indivíduo-Ambiente. Porém, por volta de década de 1990, surge nos documentos oficiais brasileiros o conceito de Desenvolvimento Sustentável, objetivando assegurar o desenvolvimento econômico e, principalmente, os recursos naturais para o presente e o futuro, complementa a autora (SOUZA, 2005).

Assim, em 1992, acontece no Brasil a Eco-92, cujo objetivo foi o de difundir a concepção do Desenvolvimento Sustentável, pois se entendia que o atual sistema econômico era insustentável. A Agenda 21, resultado desta conferência, incentivou a participação local da população para a discussão e elaboração de programas sobre mudanças climáticas, biodiversidade, resíduos, entre outros como questões planetárias pertinentes ao Desenvolvimento Sustentável, sugerindo implementação de práticas ambientais sustentáveis e enfatizando a responsabilidade da EA em educar ambientalmente. Mas, apesar de procurarem unir os avanços tecnológicos para utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico, sem agredir

o Ambiente, nota-se que esta ação não conseguiu ampliar a relação sociedade-natureza desejada.

Os movimentos ambientalistas procuram discutir questões mais pertinentes, pois, segundo Oliveira (2008, p. 756),

Tanto a elaboração desses códigos e leis de proteção ambiental quanto à criação das principais associações que atuaram nesse período estão estreitamente relacionadas à realização de conferências e à elaboração de diretrizes internacionais em matéria de proteção ambiental.

Nesse período, as ações ambientalistas assumem um caráter mais dinâmico, mediante uma postura mais crítica e ativa. Mas, segundo o autor, os representantes desse movimento eram formados por mulheres que não haviam exercido trabalho profissional e por homens, com faixa etária elevada, próximos à aposentadoria, profissionais liberais ou funcionários públicos da Justiça Federal ou Ministérios. Nesta época,

[...] observa-se um aumento expressivo do número de organizações e de participantes nas mobilizações em defesa de causas ambientais, bem como uma maior diversificação dos tipos de reivindicações e de bandeira de luta que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças ambientalistas (OLIVEIRA, 2008, p. 765).

Com este objetivo, o movimento ambientalista passa a unir suas lutas com outras aspirações sociais. Surgem assim novas lideranças. Com outro perfil, as lideranças se apresentam mais jovens, alguns ligados ao movimento estudantil, outros ingressando na universidade e no mercado de trabalho. Oliveira destaca que este novo perfil é formado por

[...] indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que têm como principal base de recursos às inserções e os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com organizações e “movimentos sociais” diversificados (estudantis, sindicais, partidários, religiosos), cujas concepções de participação política remetem à politização das mais diferentes esferas de atividades com base nesse intenso militância (2008, p. 769-770).

Com a integração de novos membros, o movimento ambientalista sofre transformações em seus objetivos, seus encaminhamentos, seus campos de atuação, entre outros, o que indica a possibilidade de maior permanência dos ativistas no movimento. Cabe aqui ressaltar que a trajetória histórica do movimento ambientalista e das políticas públicas fomentou e consolidou a cultura ambiental do nosso país, visto que ela se revela no cotidiano das pessoas.

Essa rotina faz parte de uma construção social,

[...] resultante das relações entre os diferentes sujeitos e atores sociais e políticos – que atuam como fontes de informação –, representados por múltiplos polos de interesse, tais como o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a comunidade científica (BARROS, 2013, p. 320).

Por meio das relações estabelecidas na sociedade, na interação com seus pares e das informações recebidas, a população vem construindo suas práticas ambientais. Essas ações transformaram-se no processo dinâmico da sociedade. No entanto, sua essência continua passando de geração para geração.

Mas, a sociedade não é estática. Neste sentido, Barros apresenta o papel desempenhado pela mídia na construção sociocultural da população brasileira, destacando a primazia da televisão por meio dos programas jornalísticos e, principalmente, pelas telenovelas que se tornaram fonte de informação e divulgação das temáticas ecológicas.

A grande audiência das telenovelas contribuiu para torná-las um produto televisivo por excelência e consolidar a TV como veículo de maior alcance de público. As produções de época foram decisivas para inserir a paisagem do campo no repertório televisivo. (...) Com o passar do tempo, as telenovelas abriram espaço para os conteúdos jornalísticos. Assim, a partir da década de 1980, foram criados vários programas televisivos e levados ao público, os quais apresentavam um conteúdo ecológico (BARROS, 2013, p. 327-328).

Por outro lado, cabe destacar que a população não teria o acesso a informações deste porte sem a presença deste tipo de mídia, pois a televisão ainda representa uma das principais fontes de informação e representação sobre o ambiente, encerra o autor.

Em pesquisa sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990, Crespo constatou que:

[...] o perfil do brasileiro ambientalista, ou simpatizante, é o seguinte: ele é homem ou mulher, tem entre 22 e 45 anos, possui alta escolaridade (superior incompleto ou mais), mora em centros urbanos e vê a televisão, seu principal meio de informação sobre o assunto. Aliás, este é um dado a ser considerado com atenção: 90% da população brasileira se informam sobre Ambiente (e eu ousaria afirmar sobre quase tudo) por meio da televisão. Com a entrada em operação das TV's a cabo, as classes mais altas também entraram massivamente nesse caldeirão televisivo (2008, p. 65)

O papel da mídia na formação cultural do povo brasileiro, em relação aos aspectos ambientais, ainda está voltada para a construção de atitudes relacionadas ao Ambiente. Mas, é necessário salientar que a mídia não é a única. A história dos movimentos sociais, empresas, organismos internacionais e instituições governamentais completam esta formação e, por conseguinte, a importância da autonomia dos cidadãos diante de uma matéria televisiva apresentada, para realizar sua leitura de mundo e assim ter condições de analisar é fundamental.

Outro elemento que contribui para a formação da cultura ambiental brasileira são as Organizações Não Governamentais – ONG's. Elas passam a se destacar no cenário nacional a partir da década de 1980. Segundo UHR et al. (2012, p. 91),

[...] 89,9% das ONGs ambientais contam com serviços voluntários, além disso, as principais atividades das ONGs ambientais são: Educação Ambiental (95,1%), projetos de conservação ambiental (83%), campanhas de mobilização (75,3%), publicações científicas (24,2%), publicações diversas (48,4%), políticas públicas (49,5%), entre outras.

Ao analisarmos a adesão da comunidade por meio da participação voluntária, podemos perceber a aceitação que as ONGs ambientais têm com a população em geral e por meio das atividades desenvolvidas conseguem atrair mais simpatizantes. Entre seus objetivos, destaca-se a tomada de consciência crítica e a transformação de suas atividades em políticas públicas.

Cada vez mais, a cultura ambiental ganha espaço na mídia e na agenda nacional, como elemento decisivo para garantir a qualidade de vida para os seres

humanos, animais e vegetais. Em termos de município, esta organização também acontece, em alguns ocorre em um processo mais lento, e outros de maneira paralela com os acontecimentos nacionais. Os elementos que caracterizam essa dinâmica serão apresentados a seguir, por meio da cultura ambiental municipal.

1.1 CULTURA AMBIENTAL MUNICIPAL EM ANÁLISE

Um dos elementos que propicia conhecer a cultura ambiental em um município é o *plano diretor*, pois nele apresentam-se as diretrizes que conduzem à ação pública, visando garantir o bem estar dos cidadãos, reduzir as desigualdades, a segregação e a exclusão social, ou seja, assegurar o direito à cidade a todos. Pelo plano diretor é possível identificar os aspectos de natureza política e técnica, os aspectos no campo político referem-se ao alcance social das ações, abrangendo os objetivos e as diretrizes. No campo técnico está a operacionalização das atividades, as fases, procedimentos e os instrumentos.

O plano diretor tem em sua acepção duas particularidades: a primeira apresenta as características básicas do conceito de *plano*, que se fundamenta na

[...] definição de objetivos a serem alcançados e de prazos a serem cumpridos, a indicação de atividades, programas ou projetos correspondentes ou necessários à realização dos objetivos definidos, bem como a identificação dos recursos financeiros, técnicos, administrativos e políticos necessários (CARVALHO, 2001, p. 134).

E a segunda, o sentido de *diretor*, uma vez que este deve ser entendido como “[...] as diretrizes estabelecidas em conformidade com a proposta social que se pretende alcançar, que constituem uma referência para as ações do poder público municipal e dos agentes privados” (CARVALHO, 2001, p. 134).

Após definidos os objetivos a serem alcançados e os prazos a serem cumpridos, passa-se à escolha dos instrumentos, para operacionalizar a ação. É importante destacar que o plano diretor é um instrumento de intervenção pública. Ele tornou-se obrigatório para as cidades com mais de 20.000 habitantes, a partir da Constituição Federal de 1988. Pelo Estatuto das Cidades - Lei Federal nº 10.257 (BRASIL, 2001), sua obrigatoriedade foi ampliada aos municípios

[...] integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, às áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional (CARVALHO, 2001, p. 131).

Outra contribuição expressiva do Estatuto das Cidades é reforçar a natureza democrática da política, reafirmando as audiências públicas e debates com a participação da população e associações representativas dos diversos segmentos sociais, a publicidade dos documentos e informações produzidas, bem como o acesso de qualquer cidadão aos documentos. Importante destacar que um dos objetivos do Estatuto das Cidades é o desenvolvimento sustentável dos municípios, que é a harmonia entre o desenvolvimento econômico, os indivíduos e o Ambiente.

O equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental é imprescindível para o desenvolvimento pleno da cidade, atrelado à inclusão social e às alternativas econômicas existentes no município. Por meio do plano municipal, cada cidade expressa suas concepções sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Ele é o instrumento adotado na contemporaneidade para legalizar os interesses populares com as ações do poder público, administrar conflitos sociais e gerenciar as demandas.

Segundo estudos de Marcondes, outro importante organismo na construção da cultura ambiental de um município é a Defesa Civil, cuja definição apresenta-a como “[...] conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social” (1995, p. 04).

Sua criação parte da união entre governo e voluntariado em intempéries causadas por desastres naturais, no entanto, atualmente atua na prevenção destes. Neste sentido, como as ações humanas podem causar danos ao Ambiente, a Lei nº 7.347/85 sobre Ação Civil Pública estabelece a responsabilidade para o consumidor, pelos danos causados ao Ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Ela visa também assegurar o interesse coletivo acima dos individuais, por exemplo, quanto às consequências da poluição, do desmatamento, entre outros.

Com esta lei, a ação da Defesa Civil se aproxima da preservação do Ambiente, do patrimônio histórico e cultural. Segundo este autor, o “[...] conhecimento da Lei 7.347/85 é de especial interesse da Defesa Civil, pois, talvez, uma das formas de se evitar ou diminuir os efeitos de algumas catástrofes naturais seja a preservação do Ambiente” (MARCONDES, 1995, p. 28). Por conseguinte, a atuação da Defesa Civil junto ao Ambiente ficou amparada legalmente, onde qualquer pessoa pode denunciar um dano ambiental e evitar que acidentes ocorram, bem como, pode sofrer alguma sanção se provocar algum dano ambiental.

A administração pública vê-se na incumbência de acompanhar as ações dos municípios com relação ao Ambiente, bem como, desenvolver ações de conscientização, levar a informação a todos os cidadãos, desenvolver campanhas visando à mudança de atitudes ou a adoção de novas práticas, a fim de preservar o ambiente. Cabe a administração municipal, juntamente com os demais órgãos constituídos (defesa civil, IAP, ONG’s entre outros) estimular e desenvolver estratégias que visem rever o atual modelo econômico buscando alternativas socioambientais para a conservação e preservação do Ambiente.

Espera-se que essas práticas sejam discutidas pela sociedade, por meio do plano diretor, e coletivamente optem por programas e ações de acordo com a realidade, respeitando as necessidades e a cultura local, para assegurar o desenvolvimento e, principalmente, o Ambiente.

Neste sentido, destaca-se a necessidade dos órgãos públicos, principalmente os municipais, de levarem informações sobre o Ambiente a todos os cidadãos, a fim de atingir a comunidade para uma conscientização ambiental para reverter o quadro de degradação do meio ambiente. Sendo assim, Schneider (2000), sugere que a municipalidade desenvolva um modelo de gestão ambiental, por meio de práticas de manejo, para assegurar a produtividade nos ecossistemas, propõem ainda, que a administração municipal crie unidades específicas para o trato das questões ambientais.

O Sistema Municipal de Proteção Ambiental, neste sentido, deveria ser composto por órgãos da prefeitura e entidades municipais, por exemplo, um Conselho Municipal do Ambiente, com caráter consultivo, deliberativo e normativo, responsável pela aprovação e acompanhamento da implantação da Política

Municipal do Ambiente, bem como dos demais planos afetos à área; instituições governamentais e não governamentais com atuação no município; e órgãos responsáveis pela gestão dos recursos ambientais, preservação e conservação do Ambiente e execução da fiscalização das normas de proteção ambiental, como órgãos executores. Desta forma, o município poderia apurar as falhas de gerenciamento ambiental que as secretarias responsáveis existentes e, principalmente, organizar ações futuras, por meio de políticas ambientais, que visem a preservação do Ambiente desejado.

Entre os mecanismos que possam contribuir com a gestão municipal, cita-se a Educação Ambiental, o planejamento energético, o controle da poluição, o licenciamento ambiental e a avaliação econômica dos impactos ambientais como políticas ambientais que devem ser destacadas, pois objetivam “[...] influenciar diretamente as atitudes do poluidor, limitando ou determinando seus efluentes, sua localização, hora de atuação, etc.” (SCHNEIDER, 2000, p. 04). Mas, ressalta ainda a autora, que de nada adiantará sua execução se elas forem efetivadas de modo punitivo. Assim, acredita-se ser esse um dos grandes desafios das administrações municipais: estabelecer mecanismos de conscientização e sensibilização da comunidade como um todo.

Por fim, Schneider (2000), bem como Sachs (2000) quando se refere ao desenvolvimento, sugere que as políticas ambientais devam almejar o desenvolvimento sustentável na gestão pública municipal por meio de três objetivos: 1) Social, que compreendem moradia, saúde, educação, lazer, entre outros; 2) Econômico, que estão ligados à produção, geração de empregos e acesso aos bens de consumo; e, por fim, 3) Ecológico, que se relacionam diretamente com o Ambiente.

Percebe-se que há municípios preocupados com as estratégias para a conscientização da população, bem com o engajamento nas políticas públicas ambientais. Por exemplo, os que possuem Conselhos Municipais do Ambiente¹ procuram soluções para o uso dos recursos naturais e recuperação dos danos

¹Atribuições dos Conselhos: propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento; promover a Educação Ambiental; propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais, estaduais e federais; opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município; receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis (BRASIL, 2015, p. 01).

ambientais, por meio de ações em conjunto com órgãos governamentais, setores empresariais e políticos e os representantes da população.

Neste caso, a ação dos Conselhos vai desde gerir as ações a serem implantadas no município até sua fiscalização. Ou ainda, em casos específicos, o Conselho pode até deliberar sobre ações suspensivas, seja por meio de multas, restrições ou outras sanções.

Mas, a maior preocupação do Conselho, junto à Defesa Civil, às Secretarias Municipais, às Organizações Não Governamentais, está em promover instrumentos, por exemplo, campanhas², que objetivam envolver a população em torno das temáticas ambientais.

Outro setor que contribui com a mobilização de uma comunidade é o educacional, como elemento que contribui com formação social, cultural, intelectual, entre outros aspectos, da população. Assim, os estabelecimentos de ensino contribuem expressivamente com trabalho de sensibilização e conscientização da comunidade com diversos temas, entre eles, o ambiental. A seguir, analisaremos como a cultura ambiental escolar ocorre e sua influência na comunidade.

1.2 CULTURA AMBIENTAL ESCOLAR EM FOCO

A instituição escolar representa fisicamente um sistema de ensino construído, constituída por práticas pedagógicas e filosóficas. Godoy et al. (2009) destacam a relação histórica da educação com os interesses do Estado ou da própria economia, enfatizando que para atender os objetivos da indústria, não bastava apenas desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário estimular a disciplina e a homogeneização.

Outro aspecto enfatizado pelos os autores é que a pedagogia esteve vinculada a um sistema de coerção, a educação funcionava como um treinamento

²Muitas campanhas chegam a oferecer benefícios econômicos à população, como desconto na sua conta de água ou energia, ou ainda, no IPTU, para quem conseguir economizar ou separar o lixo corretamente, por exemplo. Porém, nem só de incentivos econômicos são feitas as ações propostas. Muitas vezes, procuram desenvolver ou adaptar a cultura existente no município, visando que a população adote novas posturas e diante de um impasse ambiental.

para o trabalho. A partir do século XIX, “[...] a indústria evoluiu e a disciplina física apenas não bastava, era necessário induzir a obediência por meio de mecanismos de pressão social e psicológica” (GODOY et al., 2009, p. 331). No entanto, após a revolução francesa, ocorreu o processo mundial de instrução dos operários fundamentado na leitura, na escrita e no contar. Neste sentido, abriu-se espaço para a concepção do cidadão, incentivando-o a participar da política.

Atualmente, segundo os autores, são duas características que atravessam as práticas sociais vigentes: a intervenção ambiental e a lógica que se manifesta pela ordem do controle. Eles apontam que a educação torna-se, neste sentido, um mecanismo inseparável do controle social, destacando que o investimento pedagógico hoje atua sobre o domínio da EA e cultural, devido à problemática ambiental considerada crucial neste momento histórico e caracterizando a relação entre escola, ambiente e cultura como uma ação transversal.

A articulação entre a intervenção ambiental e cultural no ambiente escolar promove uma mudança não só nos padrões cognitivos, mas também nas práticas sociais e pedagógicas. Assim, a temática ambiental ganha espaço no campo da pesquisa, nas instituições e na sociedade, por meio dos currículos escolares.

No Brasil, a partir da década de 1980, com a implantação da Política Nacional da Educação Ambiental, a EA foi incorporada ao cenário educacional. Inicialmente, as propostas surgiram da preocupação da sociedade com a qualidade de vida, da geração atual e das futuras. Elas visavam contribuir para a solução dos problemas ambientais, modificando a maneira de se relacionar com o Ambiente.

Especificamente nas escolas, a cultura ambiental se constituiu a partir das discussões sobre Ecologia e, posteriormente, sobre Educação Ambiental. Carvalho (2012, p. 51) justifica seu início, pois,

A formulação da problemática ambiental foi consolidada primeiramente pelos movimentos ecológicos. Estes foram os principais responsáveis pela compreensão da crise como uma questão de interesse público, isto é, que afeta a todos e da qual depende o futuro das sociedades.

A cultura ambiental na escola caracterizou-se, inicialmente, por práticas pontuais baseada em condicionamentos e conscientização sobre a má distribuição e a finitude dos recursos naturais. Pode-se dizer que demonstrava um caráter

conservacionista, pois procurava despertar a sensibilidade para com a natureza, baseada no sentimento de preservação, defende a autora.

No Brasil, a partir da Conferência sobre Desenvolvimento e Ambiente, promovida pela ONU, e do Fórum Global, promovidos pelas ONGs e movimentos sociais, a EA tornou-se um caminho necessário para se estabelecer relações harmônicas e responsáveis com o Ambiente. Desse último, a elaboração de um Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis sugeriu um programa pedagógico para desenvolver as ações ambientais educativas que pudesse:

[...] construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e intervir nelas, acionando diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes – também os não escolares, como os das comunidades e populações locais – e valorizando a diversidade das culturas e dos modos de compreensão e manejo do ambiente (CARVALHO, 2012, p. 54-55).

Destaca-se que a orientação foi para que a EA não seja trabalhada no formato de disciplinas e sim, transversalmente. Essa necessidade fez com que o professor abraçasse a relevância do contexto indicado pela Educação Ambiental, de modo que eles sejam “[...] atuantes e críticos diante das situações socioambientais e possam atuar e influenciar nas mudanças de atitudes” (CUBA, 2010, p. 25). Igualmente, enfatiza a importância da Educação formal, não formal e informal como agentes de transformação da realidade, mudanças de hábitos e construção de conhecimentos.

Por conseguinte, a EA torna-se

[...] um caminho possível para mudar atitudes e, por consequência, o mundo, permitindo ao aluno construir uma nova forma de compreender a realidade na qual vive, estimulando a consciência ambiental e a cidadania, numa cultura ética, de paz, de solidariedade, de liberdade, de parceria e partilha do bem-comum, da habilidade, da delicadeza e do bom senso (CUBA, 2010, p. 29)

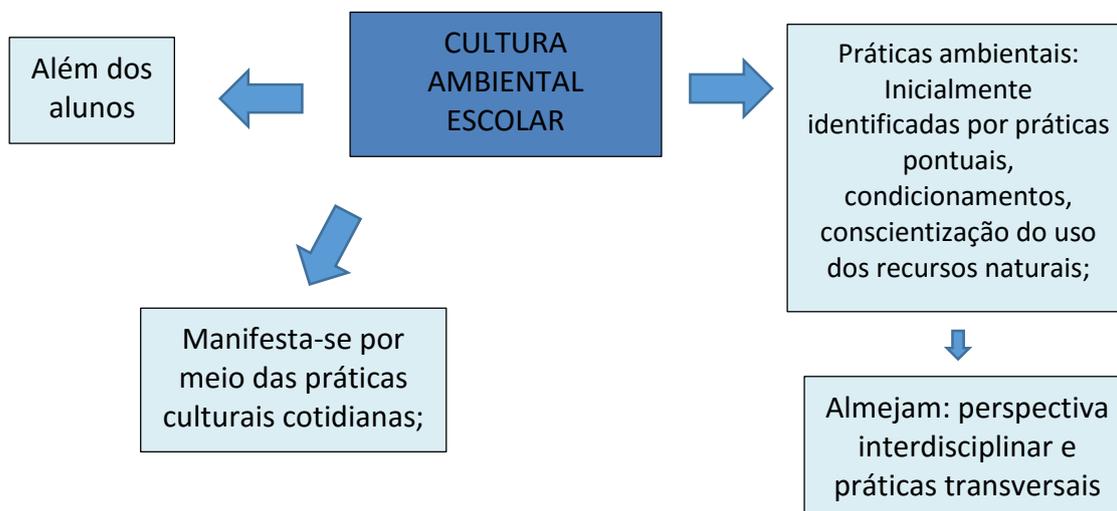
A responsabilidade que a EA deve agora ter diante da formação cultural de uma comunidade escolar é imensa, pois, como agente da aprendizagem, a Escola visa formar sujeitos emancipatórios, atuantes e críticos em uma sociedade. Mais

ainda, o campo de atuação da Escola deve ser dilatado para além dos alunos, professores e funcionários que ela integra, mas a comunidade local. Essas pessoas, atingidas pelas práticas escolares, atuam como multiplicadores do conhecimento recebido, repassando para o seu grupo de amizade e de convívio.

Além dessas pessoas, a Escola estabelece relações com instituições externas, com as quais, num processo de simbiose, trocam informações e colaborações. Por exemplo, a Patrulha Escolar, que ao desenvolver suas ações de enfrentamento à violência toma contato com o cotidiano escolar, participa dos eventos e da formação pedagógica desenvolvida.

Assim, nota-se que a EA não é um conteúdo estanque da sala de aula. Ela está intimamente ligada à vivência e à prática de todos que nela circulam, pois todo processo educativo que dela origina reflete diretamente nas ações cotidianas, pois o aprendizado por ela proferido é significativo e também comportamental. Desta forma, é importante lembrar que a EA não se materializa só na teoria ou por meio de legislação. Mas essencialmente na estimulação de práticas culturais cotidianas, de acordo com a Figura 3.

Figura 3. Cultura Ambiental Escolar



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Ressalte-se que não se trata de uma cultura qualquer, mas sim da cultura ambiental escolar, aquela vivenciada pela comunidade, que num processo constante se transforma e adapta-se sem perder sua essência. É a cultura presente

no cotidiano que se replica nas residências, nas relações estabelecidas entre seus pares e de geração em geração.

Acredita-se que ao identificar a cultura ambiental escolar de um grupo, pode-se reconhecer seus valores, a importância dada aos recursos naturais e a compreensão de uso dos mesmos. Somente ao visualizarmos essas concepções expressas na cultura ambiental de um grupo, poder-se-á compreender porque adotam determinadas práticas, no caso, práticas ambientais.

Destaca-se assim, a importância de conhecer o público, sua cultura e sua história, para então entender porque em certas situações eles assumem determinado comportamento, e em outras não. Porque a preocupação com meio ambiente é algo relevante para a comunidade, o que significa para o grupo reaproveitar, reutilizar e, principalmente economizar.

CAPÍTULO II EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS PRÁTICAS

A Educação Ambiental (EA) vem conquistando seu espaço dia após dia no cenário educacional, social e econômico. A Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, firmou o objetivo para a EA em educar os homens a usar com responsabilidade os recursos naturais diminuindo os problemas ambientais, destacando-se a importância da educação formal na manutenção e melhoria do meio ambiente. Entre as principais contribuições desta Conferência podemos citar:

[...] a Declaração sobre o Ambiente Humano, atende à necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns que serviriam de inspiração e orientação à humanidade, para preservação e melhoria do ambiente humano. Oferece orientação aos governos, estabelece o Plano de Ação Mundial, e, em particular, recomenda que seja estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental, visando educar o cidadão comum, para que este maneje e controle seu ambiente (DIAS, 2003, p. 36).

Neste estudo, entende-se a EA como elemento crítico e decisivo para a mudança de comportamento e de relação entre a sociedade e a natureza. Assim, em 1975, no Encontro Internacional sobre Educação Ambiental (Belgrado), a mesma assume as características de ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Tais objetivos foram formalizados na *Carta de Belgrado*³.

Dois anos mais tarde, em Tbilisi, ocorre a primeira Conferência Internacional sobre a Educação Ambiental, que reforça o caráter educativo crítico da Educação Ambiental, destacando “[...] a relevância de se compreender a existência e a importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade” (DIAS, 2003, p. 83). Estabelece que a EA deva destinar-se às pessoas de todas as idades, abrangendo todos os níveis da educação formal e também da educação informal.

³ Documento que expressa a necessidade de um novo olhar para o social, e o comprometimento com a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, poluição e respeito com o humano. Ele contesta os interesses econômicos vigentes e estimula a criticidade nas pessoas.

Nessa Conferência, ainda foram definidas as recomendações para Educação Ambiental, bem como os princípios, as finalidades, os objetivos e categorias, além das estratégias de desenvolvimento. Em sua recomendação número dois são definidos os princípios da Educação Ambiental, considerados como referência para os educadores ambientais. São eles:

a) Considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético); b) Constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando por meio de todas as fases do ensino formal e não formal; c) Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada; d) Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas; e) Concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica; f) Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais; g) Considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento; h) Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais; i) Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas; j) Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais (DECLARAÇÃO DE TBILISI, 1977).

Devido à interdependência entre os elementos naturais e artificiais (ou seja, não é possível desvincular o homem da natureza), recomenda-se agora abordar os elementos sociais, culturais, econômicos, políticos e éticos ao trabalhar a EA em qualquer nível educacional. Segundo Layrargues, a Conferência de Tbilisi representa uma crítica ao sistema econômico vigente, “[...] demonstrando que as origens da atual crise ambiental estão no sistema cultural da sociedade industrial” (1999, p.01).

Ela demonstrou a indissociabilidade dos aspectos econômicos e socioculturais aos ecológicos e tentou despertar nos educadores ambientais o rompimento de concepções conservacionistas sobre a Educação Ambiental, que

vão desde as causas da crise ambiental⁴ até a superação de práticas educativas que são descontextualizadas, ingênuas ou simplistas. Desta forma, a Conferência de Tbilisi lança novos olhares para a ação educativa, sugerindo a adoção de metodologias que garantam a efetiva participação dos cidadãos e, principalmente, o despertar do sentimento de pertencimento dos que nela (ação educativa) atuam.

Sendo assim, passa-se a priorizar os problemas locais que afetam a comunidade como eixo norteador da ação educativa, utilizando a resolução de problemas como estratégia metodológica. Essa Conferência também provocou rupturas, principalmente na maneira de pensar a EA e novas perspectivas foram surgindo como alternativas à tendência conservadora vigente.

Ao considerar a totalidade do meio ambiente, os documentos produzidos em Tbilisi defendiam que a EA deveria ser fruto da organização interdisciplinar que proporcionasse uma visão integrada da mesma. Mas, verifica-se em nossa realidade atual, que esta consolidação vem acontecendo a passos lentos, mesmo que, a partir de Tbilisi, outros eventos sobre a EA ocorreram e fortaleceram o debate sobre sua institucionalização. Por exemplo, em 1992, acontece no Brasil a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovido pela ONU.

[...] nessa conferência, reconhece-se a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento então vigente. O desenvolvimento sustentável é visto como o novo modelo a ser buscado. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento (DIAS, 2003, p. 50)

Mais ainda, a partir dela, entende-se que a EA deva ser o mecanismo de promoção desse novo modelo de desenvolvimento. Com isso, reforçam-se as diretrizes da EA apresentadas em Tbilisi como promotora de uma nova cultura humana, baseada no desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, também acontece a Jornada Internacional de Educação Ambiental, na qual foi produzido o Tratado de Educação Ambiental para

⁴ “Essa interpretação rompe frontalmente com a percepção ainda cristalizada por muitos educadores que acreditam que as causas dos impactos ambientais são, entre outros fatores, a explosão demográfica, a agricultura moderna e a crescente urbanização e industrialização, como se tais fenômenos estivessem dissociados da visão de mundo instrumental da sociedade na qual foram originados” (LAYRARGUES, 2001, p. 01).

Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que estabelece um conjunto de compromissos coletivos para a sociedade civil planetária. Nota-se em todas as conferências a preocupação com uma nova ética que oriente o comportamento humano para viver de maneira harmônica com o ambiente.

Por conseguinte, Sorrentino apresenta a EA como uma política pública. Ele a define como “[...] um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum” (2005, p. 289). Mais ainda, a EA deveria apresentar a preocupação com o bem-comum por meio de uma regulação entre Estado e sociedade, visando favorecer a pluralidade e a igualdade social e política, bem como, contribuir para melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais.

Nesta mesma publicação, o autor ainda destaca a contribuição da EA no desenvolvimento do processo de emancipação, promovendo, assim, a cidadania ativa, que intenta despertar no indivíduo o sentimento de pertencimento e responsabilidade diante do meio ambiente, construindo uma cultura ecológica

[...] que compreenda a natureza e a sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas – seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil – de forma separada, independente ou autônoma (SORRENTINO, 2005, p. 289).

A partir do momento que a sociedade desenvolve esta cultura ambiental, deixa de conceber o meio ambiente apenas como a natureza, mas sim como fruto das interações naturais, sociais, econômicas e culturais. A EA passa a ser determinada como um processo permanente de construção de posturas e conhecimentos diante das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio natural, conforme Figura 4.

Figura 4. Cultura ecológica

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Por outro lado, Layrargues (2002, p. 05) argumenta que

[...] há novos modelos de educação ambiental sendo sugeridos, e todos com um aspecto em comum: a possibilidade de ao mesmo tempo, enfrentar-se a exploração da natureza e do humano pelo próprio humano, ao contrário do que a educação ambiental convencional preconiza, o enfrentamento apenas da agressão humana à natureza.

Ele aponta que a EA brasileira está deixando de ser naturalista e incorporando aspectos socioambientais, reconhecendo a dimensão político-ideológico da educação. Defende que é importantíssimo discutir as mudanças ocorridas nas relações sociais e econômicas geradas com o surgimento da sociedade industrial que ocasionaram esse constrangimento ambiental. Neste sentido, questiona que tipo de EA está sendo ofertada ao grande público – condicionamento de comportamentos ou enfrentamento dos conflitos de interesses, apropriação indevida e uso abusivo dos recursos naturais.

Para esse autor, a verdadeira EA discute a crise social que provoca a concentração de renda, a exclusão social, ou seja, a própria crise ambiental. Deve-se então, segundo as recomendações de Tbilisi, articular o ambiental e o social de modo a verificar se,

[...] a Educação Ambiental tem olhado menos para a Sociedade do que para a Natureza. E nesse foco, prioriza o olhar sobre a Natureza, visualizando apenas as consequências e não as causas da crise ambiental (LAYRARGUES, 2002, p.10).

Sendo assim, é imprescindível uma EA igualitária que considere os elementos com equidade, não apenas limitando-se às consequências, mas

também às causas. Por fim, o autor conclui que uma EA fundamentada na concepção naturalista somente enfocará os problemas ambientais, objetivando a conservação da natureza, por meio da participação individual, visto que ela está focada nas consequências da crise.

Já uma EA baseada na concepção sociológica, se fundamenta nos riscos e conflitos socioambientais, pois, acredita na justiça para o enfrentamento dos conflitos, com base na negociação política da gestão ambiental. Ela prevê a participação coletiva e preocupa-se com as causas. Ou seja,

[...] enquanto a primeira pressupõe uma participação individual e no âmbito da moral, a segunda pressupõe uma participação coletiva e no âmbito da política, evidentemente mais adequada, posto que o seu compromisso é com as causas e não com as consequências da crise ambiental (LAYRARGUES, 2002, p.11).

O autor sugere uma Educação Ambiental comprometida com a cidadania e autonomia popular, de acordo com a Figura 5.

Figura 5. Educação Ambiental



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

A seguir, avaliar-se-á o papel da Educação Ambiental Formal para a construção de uma sociedade igualitária e justa, que respeite e valorize as diferenças como fonte de expressão de sua cultura e história. Para tal, a Educação Ambiental precisa romper com padrões disciplinares e envolver as diferentes áreas do saber, estimulando a transdisciplinaridade.

2.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, compreende-se por EA “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999). E determina ainda que esta deva articular todos os níveis e modalidades do processo educativo. No âmbito da EA formal, faz parte a educação básica, o ensino superior, a educação especial, o ensino profissional e a educação de jovens e adultos.

O documento prevê ainda que, os educadores que atuam e que não tiveram em sua graduação formação para educação ambiental, poderão tê-la, de maneira complementar. Cabe ao poder público desenvolver políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, e às instituições educativas promover a EA de maneira integrada com as atividades que desenvolvem.

Orienta-se que a EA formal ocorra como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999). Como já destacado, a EA deve acontecer de maneira transdisciplinar, e não na forma de uma disciplina específica no currículo, no entanto, nos cursos de pós-graduação e extensão, é facultada a criação da disciplina. Para os cursos de formação de professores, todos os níveis e disciplinas devem contemplar a dimensão ambiental.

Posteriormente, surge o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), proposto pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério da Educação e Cultura. Este é resultado de um processo de consulta pública, uma nova versão do programa, que procura estar em sintonia com o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis.

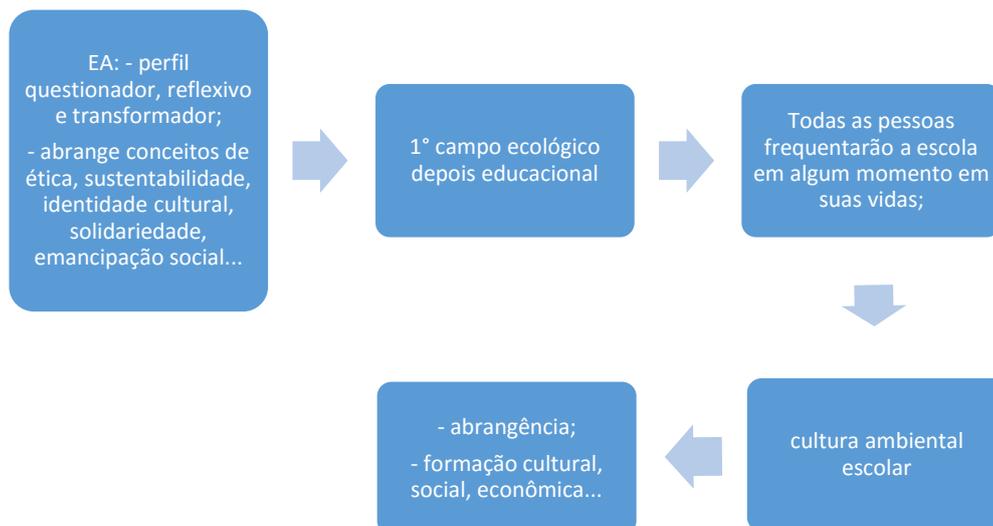
O ProNEA é um programa nacional, no entanto sua implantação, execução e avaliação é compartilhada entre as esferas governamentais. Visa o constante aperfeiçoamento, revisitando seus objetivos e estratégias, sem perder de vista suas diretrizes e princípios.

Apresenta a necessidade de sociedades sustentáveis comprometidas com o bem comum de todos, na mesma proporção que se almeja reduzir a degradação ambiental, procurando minimizar a exclusão social. Diante deste cenário, a EA tem importante papel a cumprir:

[...] propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade (BRASIL, 2005, p. 18).

Desta forma, a EA assume a responsabilidade de desenvolver uma cultura de respeito e valorização da diversidade e da identidade, promover ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental e potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais. Entre suas diretrizes, destacam-se a transversalidade e interdisciplinaridade, a descentralização espacial e institucional, a sustentabilidade socioambiental, a democracia e participação social e, o aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a EA (BRASIL, 2005, p. 33).

Entre seus princípios destacam-se a compreensão do ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual; articulação das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; reconhecimento das diversidades; enfoque humanista, holístico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e dialógico. Sua missão é “[...] a educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil” (BRASIL, 2005, p. 39), como demonstrado na Figura 6.

Figura 06. Organograma da Educação Ambiental Formal

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Com relação à educação formal, incentiva a inclusão da dimensão ambiental nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições de ensino e nos seus currículos. Assegura EA em todos os níveis e modalidades de ensino e, estimula-se construção da Agenda 21 escolar. Com relação à formação dos professores busca-se incluir este tema na formação universitária e uma disciplina específica nos cursos de licenciatura.

Outro documento que serve como referência à implantação e desenvolvimento da EA nos estabelecimentos de ensino são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no fascículo destinado ao Meio Ambiente, apresentam subsídios para a implementação da EA no Ensino Fundamental. Orientam que a EA conduza a uma mudança de mentalidade, levando os grupos humanos a adotarem novos pontos de vista e novas posturas diante de dilemas ambientais. Estimula a superação da fragmentação do saber por meio de ação conjunta dos professores em torno do projeto pedagógico do estabelecimento e do trabalho interdisciplinar:

A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem elos para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão

fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas (PCN – Meio Ambiente, 1998, p. 193).

Outra característica que o documento aponta é o caráter transversal que a temática do meio ambiente deva possuir, perpassando por todas as áreas do conhecimento, articulando os conhecimentos socioambientais em escala local e global.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes (PCN – Meio Ambiente, 1998, p. 193).

Cabe ao professor, dentro de sua área, adequar os conteúdos de modo a contemplar o meio ambiente. Em outras palavras, as questões ambientais deveriam permear os conteúdos de todas as disciplinas durante o período de escolarização. Reitera a importância de relacionar a educação com a vida dos alunos, sendo que o processo educativo contemple os conhecimentos científicos bem como os aspectos pessoais da vivência dos alunos. Este caráter presente nos PCNs é o mesmo já citado pelas orientações da EA.

Segundo Filvock et al. (2006, p. 731), os PCNs são uma referência para educadores quando se discute o meio ambiente. Considerando a contribuição que esse documento teve para o desenvolvimento da EA, os autores realizaram uma pesquisa para identificar qual é a concepção da relação entre o homem e a natureza que orienta esse documento. Para tal análise, os autores tomaram como referência para o estudo, os objetivos e conteúdos como objeto de pesquisa.

Os PCNs tratam a EA como um instrumento de conscientização, um mecanismo de sensibilização para provocar mudanças na relação homem e natureza, sendo esta uma relação individual, que não envolve o coletivo, distanciando-se de uma EA crítica, que almeja a transformação social por meio da ação coletiva.

A educação ambiental tem a função de preparar os indivíduos para atuarem na sociedade, respeitando suas características de desenvolvimento previamente convencionadas. As atitudes e os valores são apontados como importantes conteúdos educativos, que devem ser interiorizados, levando o educando a uma

conscientização que gerará transformação pontual, mas não da sociedade como um todo (FILVOCK et al., 2006, p. 731).

Nota-se também que os PCNs estão voltados para uma educação conservacionista e comportamentalista, baseada na transmissão de valores e na busca da convivência harmônica com a natureza, sem estimular a autonomia e a criticidade nos alunos. Eles vigoraram até 2001, quando foram substituídos pelo Programa Parâmetros em Ação – PPA.

Os Parâmetros em Ação propunham um material de suporte com atividades que aproximavam os professores das discussões pedagógicas promovidas pelos PCNs. A sua metodologia procurou estimular quatro competências dos educadores, conforme Mendonça (2004, p. 07) apresenta:

[...] a leitura e a escrita; o trabalho compartilhado; a administração da própria formação como aprendiz e formador; e a reflexão da prática pedagógica, ou seja, a reflexão sobre suas representações, sobre os alunos, o papel da escola, o seu papel como professor, sobre as didáticas e sobre a concepção de aprendizagem e de ensino.

O programa apresentava dois momentos distintos, que compreendiam a primeira fase com a apresentação e adesão ao programa, e, a segunda fase, articulava seu desenvolvimento. Dois anos após a sua implantação, o programa era estendido à segunda etapa do ensino fundamental, compreendendo os anos finais, inovando ao trazer temas atuais ao apresentar a complexidade ambiental.

Mendonça aponta que um dos aspectos positivos do Programa Parâmetros em Ação foi à introdução da “[...] co-responsabilidade das Secretarias de Educação na formação continuada” (2004, p. 19), pois, essa ação aproximou e contribuiu para efetivação da discussão e implementação da EA no cotidiano das escolas. A autora aponta ainda que o programa possibilitou

[...] trabalhar a questão ambiental de forma interdisciplinar, quando amplia a concepção de meio ambiente dos professores, estimula que esses atores criem sua própria concepção de Educação Ambiental e faz da escola, proponente de ações de EA conforme sua realidade, sua estrutura e seu projeto político-pedagógico (MENDONÇA, 2004, p. 19).

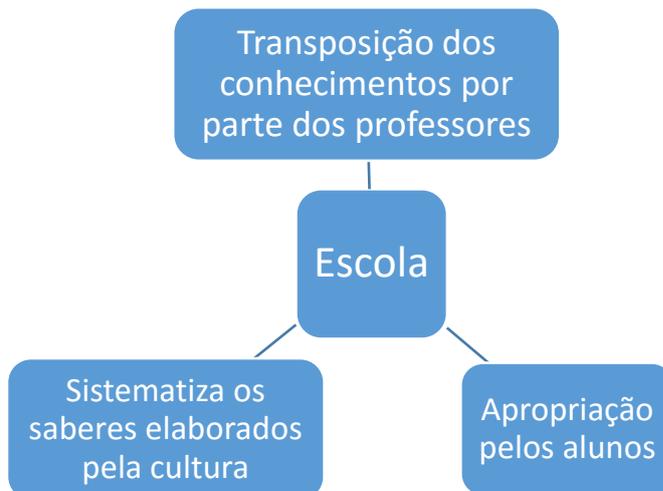
Portanto, mesmo recebendo críticas por seu caráter capitalista, enfocando a capacidade de aprender a aprender, nota-se que o programa também contribui para dissipar ações pedagógicas sobre a EA nos estabelecimentos de ensino. Por conseguinte, a União procurou mecanismos para difundir a Educação Ambiental e levá-la aos estabelecimentos de ensino brasileiros. Utilizou-se de estruturais legais para garantir que Educação Ambiental Formal tornasse realidade. Veja a seguir como se deu esse processo nos educandários brasileiros.

2.2 IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BRASILEIROS

A educação tem como objetivo realizar a tarefa de formação por meio de um processo de conscientização, que segundo Tozoni-Reis et al. (2014, p. 148) significa:

[...] conhecer e interpretar a realidade e atuar sobre ela, construindo-a. Assim, o processo educativo, ao mesmo tempo em que constrói o ser humano como humano, constrói também a realidade na qual ele se objetiva como humano, constrói a humanidade. (...) o processo de formação do ser humano é histórico e social, o que quer dizer intencionalmente dirigido, pelos próprios seres humanos em suas relações entre si e com o ambiente em que vivem.

Sendo assim, cabe à escola a sistematização dos saberes elaborados pela cultura, a transposição dos conhecimentos por parte dos professores e apropriação desses saberes por parte dos alunos, em um tripé articulado. A maneira como a escola realiza esse processo revela sua intenção, seus valores e ideologias, caracterizando sua atuação como redentora, reprodutora ou transformadora da realidade, vide Figura 07.

Figura 07. Estabelecimentos de Ensino

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Na atualidade, nota-se que cabe a escola a função democratizadora do saber, assegurando aos alunos condições de aprendizagem. De tal modo, se faz necessário que os professores estejam preparados para atuarem de maneira mais científica, explorando conceitos e, desta forma, superando o senso comum. Neste contexto, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), considerando que a EA nas escolas deveria estar presente em todos os níveis e modalidades da educação formal, voltam-se para a capacitação dos recursos humanos, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, além da produção e divulgação de material educativo.

Assim sendo, em 1981, com a Política Nacional de Educação Ambiental, que assegura a implantação da EA em nível nacional evidenciou ser um componente essencial e permanente, indicando objetivos, campo de atuação, linhas de ação e atores responsáveis pela sua implantação. A importância da EA é pública, notória e perceptível a todos, esta se tornou um instrumento fundamental para difusão desta nova perspectiva de relacionamento entre homem-homem e homem-natureza.

Acredita-se que a EA deva ser trabalhada nas escolas de ensino fundamental e médio porque se entende que é um mecanismo importante para a conscientização de que não somos os únicos seres nesse planeta, e que assim como recebemos esse planeta de nossos pais, precisamos deixá-lo para nossos filhos, de acordo com Silva (2008, p. 39):

A Educação Ambiental deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da Educação, mas porque acreditamos ser a única forma de aprendermos e ensinarmos que nós, seres humanos, não somos os únicos habitantes deste planeta, que não temos o direito de destruí-lo, pois da mesma forma que herdamos a terra de nossos pais, deveremos deixá-la para nossos filhos. (SILVA, 2008, p. 39)

A percepção da importância da EA deve partir dos educadores como uma necessidade para trabalhar e adotar novas posturas diante das relações sociais e com o meio ambiente, e não apenas como o cumprimento de mais uma atribuição no campo educacional; ou seja, a tomada de consciência de que trabalhar a EA é uma questão mais que emergente no contexto atual.

Ainda, conforme esta autora, ao trabalhar a EA é válido partir dos termos técnicos e definições, no entanto, somente eles não bastam, é necessário ensinar

[...] a amar o ambiente, a reconhecê-lo como um lar, respeitando-o e preservando-o. Para isso, no entanto, é necessário que os próprios professores entendam o ambiente como tal, sem distinções entre casa, rua ou escola. O ambiente, ainda que diferenciado, é único. Nosso planeta é um só e é de todos (SILVA, 2008, p. 39).

Com relação à operacionalização da EA formal, poucas são as referências. Lipai et al. (2007) alertam que inicialmente tais práticas apresentavam um caráter conservacionista, colocando o ser humano como responsável individual e coletivamente pela sustentabilidade. Mas, a partir do texto da Política Nacional de Educação Ambiental, é possível extrair alguns indicadores de como trabalhar em cada nível da educação formal:

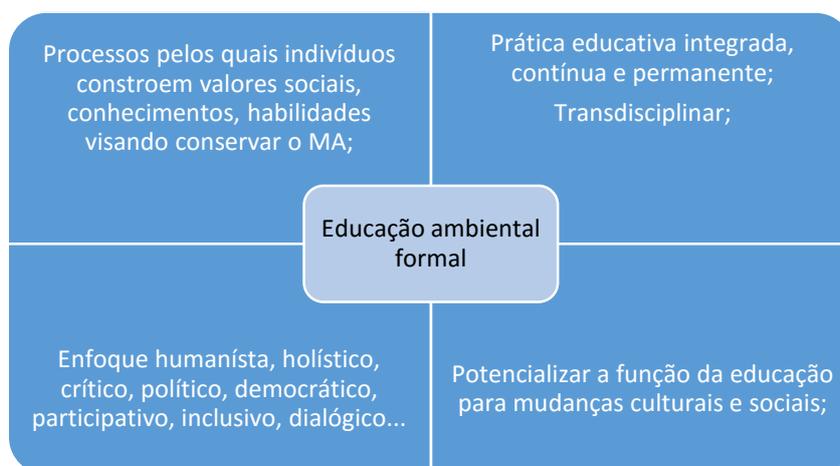
Na educação infantil e no início do ensino fundamental é importante enfatizar a sensibilização com a percepção, a interação, o cuidado e o respeito das crianças para com a natureza e cultura destacando a diversidade dessa relação. Nos anos finais do ensino fundamental convém desenvolver o raciocínio crítico, prospectivo e interpretativo das questões socioambientais bem como a cidadania ambiental. No ensino médio e na educação de jovens e adultos, o pensamento crítico, contextualizado e político, e a cidadania ambiental devem ser ainda mais aprofundados, podendo ser incentivada a atuação de grupos não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas especialmente para a busca de justiça socioambiental, frente às

desigualdades sociais que expõem grupos sociais economicamente vulneráveis em condições de risco ambiental (LIPAI et al., 2007, p.30).

Portanto, os autores recomendam como necessário “[...] reforçar conteúdo pedagógico e principalmente político da educação ambiental incluindo conhecimentos específicos sobre a práxis pedagógica, noções sobre a legislação e gestão ambiental” (LIPAI et al., 2007, p.31). Ainda chamam a atenção que por mais que a lei preveja sua implantação em todos os níveis e as modalidades de ensino, isso não garante que as ações desenvolvidas nela estejam em sintonia com o previsto na referida lei. Importante ressaltar aqui que a lei, por si só, não assegura que a EA se efetive, pois ela somente acontecerá a partir do engajamento e comprometimento de todos os atores sociais envolvidos.

Para analisar atualmente a forma de execução da EA nas escolas, é necessário compreender como se institucionalizou a escola e seu objetivo na sociedade. Historicamente, a escola se constituiu em um elemento de humanização e socialização do conhecimento produzido pela humanidade. Tornou-se o principal espaço instituído pela sociedade para formação intelectual das gerações. Por este motivo, a Educação Ambiental, enquanto um saber sistematizado, foi introduzida neste espaço por meio dos currículos escolares. Mas isso não significa que a EA teve destaque nos mesmos, vide Figura 08.

Figura 08. Educação Ambiental Formal



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Tozoni-Reis (2014) aponta que ela deveria garantir

[...] o tratamento dos temas ambientais como atividades nucleares nas escolas, compreendidas como um espaço social institucional que tem como papel contribuir na formação plena, omnilateral, dos sujeitos educandos pela apropriação crítica da cultura elaborada histórica e socialmente, para instrumentalizá-los na realização de uma prática social crítica e transformadora (TOZONI-REIS et al., 2014, p. 159).

Em outras palavras, segundo Guerra et al. (2007), diversos trabalhos apontam que a EA formal segue os caminhos da pedagogia tradicional, com ações baseadas no comportamento, sendo realizadas de modo pontual (a partir de datas comemorativas, palestras, campanhas entre outras) e de forma fragmentada e com pequeno envolvimento comunitário. Assim, ao incorporá-la no Projeto Político Pedagógico da instituição, os autores evidenciam que é necessário combater a fragmentação do saber. Indicam ainda a participação da comunidade no processo educativo como sinal do êxito alcançado por meio do trabalho desenvolvido.

A participação da comunidade e dos demais segmentos envolvidos se daria por meio da interação no cotidiano escolar, por meio também das reuniões com pais e representantes, nas assembleias sobre o Projeto Político Pedagógico, nas atividades propostas pelas escolas que evocam a participação dos pais. Importante destacar que a participação dos pais e responsáveis pode ocorrer a qualquer momento, não existe um calendário ou protocolo para tal, há sim situações que o coletivo é convidado a estar presente, manifestar sua opinião, no entanto, os pais são bem vindos em qualquer momento.

No próximo tópico, comenta-se as práticas pedagógicas ambientais mais recorrentes nos estabelecimentos de ensino, bem como seu processo de fortalecimento entre os educadores.

2.3 PRÁTICAS AMBIENTAIS *IN LÓCUS* ESCOLAR

O fortalecimento da EA nos últimos anos vem se concretizando no cenário educacional. Notadamente, os estabelecimentos de ensino passam a desenvolver práticas pedagógicas relacionadas com o ambiente e a natureza. Em 2005, o MEC realizou um projeto de pesquisa intitulado *O que fazem as escolas que dizem que*

fazem Educação Ambiental?, visando identificar as práticas mais recorrentes no ensino fundamental.

Naquele momento, a modalidade mais frequente correspondeu à inserção de projetos, seja nos Projetos Político Pedagógicos seja pela transversalidade nas disciplinas, demonstrando que mesmo diante das dificuldades de formação profissional, estruturais, entre outras, as escolas procuravam desenvolver ações integradoras.

A pesquisa ainda identificou que a maioria das ações propostas parte de um grupo de professores, identificando assim, a fragilidade em conceber as ações a partir do coletivo. Por fim, a pesquisa identificou que entre os objetivos, “[...] aparecem em primeiro lugar conscientizar para a cidadania, seguido por sensibilizar para o convívio com a natureza e compreensão crítica e complexa da realidade socioambiental” (LOUREIRO et al., 2007, p. 60).

Para enriquecer a compreensão sobre as práticas e estratégias adotadas para a implementação da EA no ensino formal, recorreremos ao trabalho de Barbosa (2010) que relata a experiência de duas escolas de Belo Horizonte – MG. A primeira identificada como Escola da Lagoa, atende um público com os mais baixos índices socioeconômicos das escolas da rede. Esta escola implantou o Projeto Conviver, acrescentando ao seu Projeto Político Pedagógico as questões relacionadas às relações étnico-raciais e educação ambiental.

Para trabalhar a EA a escola adota dois princípios, a ética do cuidado e a ecologia integral. No primeiro princípio, fundamenta-se a formação de atitudes, valores, desenvolvimento de habilidades e ações visando a participação e o comprometimento com a vida e o bem estar. Já o segundo princípio fundamenta-se em três eixos: a ecologia pessoal, a ecologia social e a ecologia ambiental.

A segunda escola é denominada Escola do Rio, que atende um público com nível socioeconômico médio, desenvolve vários programas de educação ambiental, entre eles: **Qualidade de vida** (permanente, objetiva a recuperação de um córrego próximo da escola), **Projeto Rede Ler** (eventual, criação de um gibi a partir da história do córrego e ações desenvolvidas de educação ambiental), **Projeto Ecogincana** (anual, realizado na Semana do Meio Ambiente) e **Projeto Reciclando Ideias** (eventual, conscientização ambiental sobre a produção de

resíduos e a valorização das ações de redução, reciclagem e reaproveitamento do lixo).

Para diagnosticar as práticas desenvolvidas nos dois estabelecimentos, Barbosa se baseou nos princípios da EA contidos na legislação: “[...] atividades permanentes, interdisciplinaridade, coletivas, relação entre a realidade local e as questões globais e o envolvimento da comunidade” (2010, p. 82).

Com relação ao primeiro aspecto, percebe-se a EA como permanente na Escola da Lagoa, sendo inserida com um eixo estruturante do currículo, já na Escola do Rio, identifica-se como iniciativa pessoal de alguns professores. Em relação à interdisciplinaridade, a primeira escola afirmou dificuldades com esse tema e a escola não apresentou dificuldades. Ambas partem da realidade local, visando “[...] estabelecer ligações entre o aprendido e sua realidade cotidiana” (BARBOSA, 2010, p. 85).

No que diz respeito à participação da comunidade, nota-se que na Escola do Rio, a comunidade participa mais do que na Escola da Lagoa. Para identificar as estratégias, a autora considera o planejamento de atividades, a formação dos professores, a relação estabelecida com a secretaria municipal de educação e a avaliação das atividades propostas.

Na primeira escola (Lagoa) há uma coordenadora designada para organizar o planejamento das ações de EA, o que facilita o entrosamento dos professores de diferentes áreas além de promover o planejamento coletivo. Já na segunda escola, o planejamento sobre EA ocorre nos grandes planejamentos, sendo que se os docentes desejam planejar coletivamente precisam se reunir fora do seu horário de trabalho, fator esse que dificulta a ação coletiva, justificando assim, as ações isoladas de EA (BARBOSA, 2010, p. 87).

Com relação à formação continuada, na primeira escola ela acontece satisfatoriamente, enquanto que na segunda escola não há formação. Ambas as escolas apontam que a avaliação das atividades é um processo constante baseado na observação e análise. Barbosa (2010, p. 89) concluiu que as

[...] escolas analisadas tomam para si os princípios da EA previstos na legislação brasileira e nas pesquisas da área, buscando realizar atividades permanentes, interdisciplinares, coletivas, que articulem a realidade local e as questões globais e que envolvam a comunidade local. Infere-se que as instituições pesquisadas têm

utilizado várias estratégias para implementar a EA, tais como: busca pelo planejamento coletivo das atividades, formação dos professores, realização de parcerias e avaliação contínua das ações educativas.

Conseqüentemente, percebe-se o comprometimento dos estabelecimentos com a educação ambiental, atuando de acordo com as suas possibilidades e limitações, procurando atender o previsto na legislação. No entanto, além do comprometimento dos estabelecimentos de ensino, é importante destacar o envolvimento e a seriedade por parte dos educadores a partir das questões ambientais.

Tirelli (2010) realizou um estudo de caso com os municípios pertencentes à região de Guaratinguetá – SP sobre as suas percepções a respeito da educação ambiental. Em um dos instrumentos de coleta de dados, a maioria dos educadores indicou realizar atividades sobre esta temática por vontade de agir e por realização pessoal. Importante salientar que nesta mesma pesquisa, 77% dos entrevistados não tiveram formação alguma durante sua graduação para trabalhar com a EA e, mesmo assim desenvolvem atividades pedagógicas a partir dela.

Ainda nesta pesquisa, nota-se uma “[...] percepção abrangente da concepção e importância da educação ambiental, contemplando temas como a pobreza, consumo, desperdício, saúde e violência às questões ambientais” (TIRELLI, 2010, p. 50). Entre as dificuldades apontadas por esse grupo pesquisado, apontou-se a ausência do trabalho interdisciplinar, falta de material didático, pouca participação da comunidade e ausência de orientação pedagógica.

Com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, estes consideram que o trabalho deve envolver todas as disciplinas, as quais devem estar presentes “[...] no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento, bem como, a continuidade das ações no decorrer do ano letivo, envolvimento de todos os educadores e, estender-se à comunidade” (TIRELLI, 2010, p. 53). Logo, nota-se o comprometimento dos profissionais com a temática ambiental, a preocupação com a efetiva aprendizagem dos alunos e o envolvimento de toda comunidade escolar.

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia da pesquisa, a qual descreve os procedimentos para a coleta de dados, a apresentação e análise do

objeto de estudo (suas características e a verificação do tipo de influência da cultura local nos procedimentos desenvolvidos nos estabelecimentos de ensino).

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DA PESQUISA

Propõe-se com este estudo a realização de uma pesquisa quati-quali, considerando a escola como um espaço de socialização, de construção de saberes e principalmente formada por cidadãos com histórias e vivências próprias. Para atingir seus objetivos essenciais, a pesquisa foi de cunho exploratório, pois segundo GIL (2002, p. 41), pretende-se

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Para a coleta dos dados foram utilizadas as seguintes técnicas: levantamento bibliográfico, documental e questionário. Para este estudo foram utilizados os conceitos sobre cultura ambiental, educação ambiental formal e práticas pedagógicas ambientais.

Já o levantamento documental foi realizado a partir dos Projetos Políticos Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, dos Planos de Trabalho Docentes dos professores e, de Projetos realizados nos estabelecimentos de ensino. Nestes documentos, foi explorada a relação teórico-prática que a escola tem com a EA (projetos desenvolvidos, visão e a missão da inserção da EA no cenário escolar), procurando identificar como os elementos culturais interferem no processo de ensino, bem como, o processo de inserção da temática ambiental no ensino regular.

A pesquisa documental possui vários aspectos positivos, entre eles pode-se destacar primeiramente, por se constituir uma fonte estável e rica de dados, o baixo custo e não exigir contato com os sujeitos da pesquisa (GIL, 2002).

A partir da leitura flutuante das informações coletadas, passou-se à análise das mesmas e a construção de hipóteses. No entanto, a partir da técnica de análise de conteúdo foi possível a construção das categorias de significação, ou seja, a construção dos procedimentos de interpretação dos dados coletados como se verá

a seguir detalhadamente. Todavia, anteriormente, apresentaremos o município de Santa Helena, que é o objeto de estudo.

3.1 OBJETO DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR

Santa Helena localiza-se na região oeste do Estado do Paraná, a 611 km da capital do estado, Curitiba. A economia do município fundamenta-se na atividade agrícola como maior gerador de renda. Nas décadas de 1960 e 1970 o município passou por um período de forte desenvolvimento econômico.

A população de Santa Helena se formou a partir de imigrantes do Rio Grande do Sul, descendentes de italianos e alemães. Vieram atraídos para a região oeste do Paraná pelas terras férteis e incentivados pela campanha adotada pelo presidente Getúlio Vargas para uma “[...] ocupação efetiva do interior brasileiro, conhecida como Marcha para o Oeste” (PREFEITURA DE SANTA HELENA, 2015).

As famílias sobreviviam do extrativismo e de uma economia de subsistência autossuficiente, “[...] somente após as necessidades familiares primárias terem sido supridas é que se iniciou um pequeno comércio local com o excedente da produção” (STERCHILE, 2006, p. 12).

A partir de um pequeno povoado foi se estabelecendo o município de Santa Helena. Percebe-se que a formação da população deste município deu-se intimamente ligada à natureza de maneira extrativista. No entanto, com o passar do tempo, com as modificações ocorridas pelo desenvolvimento econômico e o crescimento populacional, além da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, esta relação também se modificou, baseando-se atualmente no respeito ao ambiente e aos seus recursos naturais.

Importante salientar que historicamente o município vinha apresentando um crescimento populacional expressivo até o início da construção da barragem da Hidrelétrica de Itaipu, o que gerou a estagnação econômica do município, que teve aproximadamente dois terços da sua área alagada, provocando recessão na economia, a perda de habitantes, além de impactos ambientais consideráveis. Acredita-se que por essa experiência, os munícipes passaram a valorizar a natureza, e os elementos que a compõe.

Sendo assim, optou-se pelo município de Santa Helena-PR⁵, inicialmente por esse cuidado com o meio ambiente fruto da sua história, também por integrar a Bacia do Paraná 3⁶, que abrange 28 municípios⁷, destaque pelas ações de EA que vem desenvolvendo e pelo programa de formação de educadores ambientais. A Bacia do Paraná 3 é um dos polos de implementação do programa de formação de educadores ambientais promovido pelo MEC e MMA, baseado em uma

[...] perspectiva crítica, popular e emancipatória e almejam desvelar processos continuados articulados com processos transformadores a partir de uma visão sistêmica e permanente do processo educacional, em detrimento de cursos pontuais ou de um ativismo vazio (SORRENTINO et al., 2005, p. 295).

E, essa proposta de formação consiste em três instâncias de articulação: “[...] desenho metodológico, oficinas de formação e a dos instrumentos de apoio” (SORRENTINO et al., 2005, p. 296), surgindo, desta forma, uma rede de formação e, conseqüentemente, subsidiando a atuação deste profissional.

O município de Santa Helena também faz parte do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, que tem por finalidade o desenvolvimento socioeconômico urbano e rural de toda a região de forma integrada, respeitando as diferentes características de cada município, contando sempre com a parceria da Itaipu Binacional, formado por 16 municípios: Mundo Novo – MS, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Missal, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Terezinha de Itaipu, Diamante D'Oeste, Terra Roxa, Foz do Iguaçu, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Itaipulândia).

Em 1997, foram criadas as câmaras temáticas. Elas visavam assegurar que os objetivos propostos pelo Conselho fossem alcançados, além de estimular “[...]”

⁵ A base da economia do município é agricultura.

⁶ Entende-se por bacia hidrográfica a área onde ocorre a captação da água da chuva, devido às suas características geográficas e topográficas, que drenam por meio de córregos, rios pequenos, médios e grandes e convergem para um rio principal. No caso da Bacia do Paraná 3, esta área compreende cerca de 8 mil km² de afluentes que lançam suas águas diretamente no Rio Paraná, onde está situado o Lago de Itaipu, na confluência com o Rio Iguaçu.

⁷ Municípios que compõem a Bacia do Paraná 3: Cascavel, Céu Azul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

às manifestações culturais regionais e fortalecimento das mesmas, até um amplo trabalho visando à transformação de padrões de produção e consumo, com vistas à melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da região” (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU, 2015).

Importante ressaltar que uma das frentes de ação do Conselho é a rede de Educação Ambiental – linha ecológica, atuando conjuntamente com o programa de educação ambiental do Cultivando Água Boa, implementado pela Itaipu Binacional. Desta forma, percebe-se a contribuição do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu aos aspectos culturais da região, visando o incentivo a transmissão e perpetuação de geração em geração, bem como, o apoio às ações de EA desenvolvidas no município, tornando-se um elemento agregador às práticas pedagógicas ambientais desenvolvidas na região.

Observa-se que o município de Santa Helena conta com investimentos e parcerias que visam o desenvolvimento da Educação Ambiental, além das iniciativas municipais e, as dos próprios educadores ou escolas. Despertou assim o interesse em verificar como está sendo desenvolvido o processo de implantação e desenvolvimento da educação ambiental em um município que, além da sua própria ação e estrutura, conta com o incentivo de instituições externas.

Dessa forma, outros elementos contribuíram para a opção por Santa Helena: como o Refúgio Biológico, um espaço de preservação ambiental com grande relevância social, cultural e educacional no município. Em seu plano de manejo, o Refúgio Biológico é identificado como uma área de relevante interesse ecológico, sendo uma unidade de conservação (UC), cuja administração é norteadada pelo plano de manejo. Inicialmente foi denominada como Reserva Biológica de Santa Helena, sendo “[...] uma das oito unidades de conservação criadas pela Itaipu após a formação do Reservatório da Hidrelétrica, e posteriormente passou a ser chamado como Refúgio Biológico Santa Helena” (PLANO DE MANEJO, 2010, p.sn). Considera-se como uma Área de Relevante Interesse Ecológico

[...] uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo

a compatibiliza-lo com os objetivos de conservação da natureza (BRASIL, Lei nº. 9.985 de 2.000).

Por se caracterizar como uma Unidade de Conservação de uso sustentável, cujo objetivo é manter os ecossistemas e regular o uso da área, bem como a conservação da natureza, permitindo atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, fiscalização e visitação restritiva. É apontada também pela sua importância ambiental e ecológica, mas também como uma alternativa de ecoturismo, além de contribuir para a Educação Ambiental da população local (PLANO DE MANEJO, 2010).

No plano de manejo do Refúgio Biológico afirma-se a regularidade de atividades relacionadas à questão ambiental:

Em relação à questão ambiental, há atividades regulares voltadas à conscientização dos alunos em relação à preservação ambiental, mudança de atitudes, envolvendo escolas públicas e privadas principalmente entre 1ª e 4ª série (PLANO DE MANEJO, 2010, p. 27– encarte 2).

No terceiro encarte do Plano de Manejo é reiterado que as atividades de EA são amplamente desenvolvidas, enfatizando que a ação principal se dá na trilha interpretativa, devido à falta de infraestrutura:

A educação ambiental é amplamente desenvolvida na ARIE-SH por meio da visitação das turmas do ensino fundamental tanto da sede como dos distritos, entretanto por falta de infraestrutura a parte mais intensa da atividade é realizada na pequena Trilha interpretativa instalada no Viveiro de Mudas seguido pelo reconhecimento da trilha principal até a torre (PLANO DE MANEJO, 2010, p. 51 – encarte 3).

Ainda, é destacado que as “[...] atividades seguem um calendário ambiental com programações especiais em datas comemorativas, como o dia internacional da biodiversidade, abordando a temática citada” (PLANO DE MANEJO, 2010, p. 52 – encarte 3).

Por meio do plano de manejo, percebem-se alguns elementos culturais da população ao expressarem suas opiniões. Por exemplo, no plano diretor, nota-se o intuito do município em desenvolver a sustentabilidade ambiental, visando assegurar a proteção e preservação do patrimônio ambiental e cultural do

município, compartilhando-se com todos os munícipes a responsabilidade pelo zelo e proteção ambiental. Por fim, “[...] apresenta interesse em ampliar os programas de educação ambiental para rede municipal de ensino” (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, 2009, p. 20). Cabe ainda ressaltar que Santa Helena tem convênios com a Itaipu Binacional⁸, dentre os quais podemos citar o Cultivando Água Boa que desenvolve ações de recuperação de micro bacias, programas de manejo conservacionista de água e do solo, monitoramento ambiental participativo e Educação Ambiental.

Segundo dados apontados no site da Prefeitura Municipal, com dados a partir do censo do IBGE de 2010, somavam 23.413 habitantes. A maior parte da população reside na zona urbana, 12.586 habitantes e 10.827 na zona rural, correspondendo 53,8% da população e 46,2% respectivamente.

O município tem aproximadamente 23.885 mil habitantes⁹ em uma área de 754,7 km². Nele, 13,0% da população são crianças e possuem entre 0 e 9 anos. A população adulta entre 20 e 60 anos representa 55,7% do total de habitantes. E a população acima de 60 anos totaliza 3.050 habitantes ou 13% de todos os habitantes (CEPPE DO BRASIL, 2013).

Com relação aos aspectos sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano do - IDH de Santa Helena passou de 0,502 para 0,744. O índice evoluiu 48,2%, representando avanços positivos no desenvolvimento social e econômico da população. O maior avanço foi sentido no aspecto da Educação, que evoluiu 137,1% no período, o índice que mede a longevidade evoluiu 12,7% neste período e o índice que trata da renda evoluiu 21,6%, dados que correspondem ao período de 1991 a 2010 (CEPPE DO BRASIL, 2013).

Portanto, percebe-se nesse município um contexto de ações que visam a preservação e conservação do meio natural, bem como, propostas educativas visando uma convivência harmônica entre o homem e a natureza, prevendo assegurar a preservação dos recursos naturais para esta geração e para as futuras, conforme Figura 12.

⁸ Usina Hidrelétrica Binacional (Brasil e Paraguai) responsável pela produção 16,8% da energia consumida no Brasil e abastece 75,1% do consumo paraguaio.

⁹ Dados obtidos no Caderno Estatístico do Município de Santa Helena – Iparde. Disponível em <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/arquivos/est-santahelena2012.pdf>> em 29 jun 2014.

Figura 09. Objeto de Estudo: Município de Santa Helena



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Sendo assim, optou-se pelos estabelecimentos de ensino desta cidade, pois, consideram-se eles como instrumentos de identificação dos aspectos culturais praticados no município, além de identificá-los como um aparelho ideológico relevante para difusão de comportamentos e práticas ambientais.

3.2 DEFINIÇÃO, CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA, INSTRUMENTO DE COLETA

Como já apresentado, o público alvo desta pesquisa foram os professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino de Santa Helena. Dentre esta população, o questionário foi distribuído para 380 delas, parcela que representa 40% da população indicada por Santos (2001).

Com relação aos estabelecimentos de ensino, o município selecionado conta com oito Centros Municipais de Educação Infantil, dez Escolas Municipais com

Educação Infantil e Ensino Fundamental fase I; oito Escolas Estaduais com o Ensino Fundamental fase II; três Colégios Estaduais com Ensino Médio, sendo um destes com Ensino Profissional; uma Escola de Educação Básica, na modalidade Educação Especial; um Centro Estadual de Ensino para Jovens e Adultos; e, uma Escola Particular.

Nesse sentido, considerando que a Rede Estadual (Ensino Médio e Fundamental II) possui 305 professores e 79 agentes educacionais; a Rede Municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental I) possui 185 professores e 82 funcionários; os Centros de Educação Infantil possuem 103 professores e 60 funcionários; a Escola de Educação Especial possuem 21 professores, 5 técnicos e 14 funcionários; e a Escola Particular possui 27 professores e 13 funcionários; o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos possui 48 professores e 9 funcionários, totalizando 951 pessoas. A amostra foi selecionada de forma aleatória, por meio de amostragem probabilística. Por conseguinte, todas as pessoas desta população poderiam ter sido selecionadas e todas tendo a mesma chance de serem escolhidas aleatoriamente (BABBIE, 1999).

Como instrumento de coleta, elaborou-se um questionário (Anexo A), com os seguintes objetivos: verificar como foi a implantação da EA no município; identificar quais são os aspectos mais relevantes no ensino da EA considerada pelos educadores quando planejam suas aulas; observar em que critérios os professores se baseiam para escolher as práticas de EA desenvolvidas no ambiente escolar; e perceber as perspectivas que os docentes têm com a Educação Ambiental.

Os questionários passaram pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil, a fim de garantir o bem estar dos indivíduos participantes e a integridade ética da pesquisa. Após a submissão e aprovação, os questionários foram entregues para os professores e funcionários, os quais foram respondidos sem interferência do pesquisador. Não foi necessário colocar nome, visto que a identificação dos respondentes é sigilosa.

Para responder o questionário, o participante teve a opção em aceitar ou rejeitar. Com o aceite, o respondente autorizou o uso das informações contidas nele em publicações científicas. Também, para formalização com as entidades colaboradoras, foram entregues e posteriormente assinados os Termos de Ciência

do Responsável pelo Campo de Estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os termos foram entregues nos estabelecimentos de ensino e na Secretaria Municipal de Educação.

O questionário foi elaborado com o intuito de identificar os conhecimentos teóricos que os educadores têm sobre a concepção de Educação Ambiental, sobre o perfil do educador ambiental e sobre a legislação. Em todas as questões há uma opção relacionada à tendência conservadora, outra à tendência pragmática e mais uma à tendência crítica, para possibilitar a identificação de qual é a tendência predominante do município.

Ele apresenta questões relacionadas à parte teórica, envolvendo a concepção de educação ambiental, de educador ambiental e legislação, com a finalidade de identificar a concepção de EA, configurar o perfil do educador ambiental adotado e analisar os aspectos legais da institucionalização da EA em Santa Helena-PR. As últimas questões referem-se às práticas pedagógicas do cotidiano escolar, cuja finalidade é verificar qual é a concepção de práticas pedagógicas ambientais existentes e identificar se as ações realizadas no cotidiano dos estabelecimentos de ensino se caracterizam na tendência conservadora, pragmática ou crítica da Educação ambiental, a partir dos exemplos apresentados.

Logo, pode-se obter uma visão da totalidade do cenário educacional no município de Santa Helena, desde o cotidiano no ambiente escolar, até as ações concebidas pelos órgãos responsáveis.

A entrega do questionário aconteceu aos diretores ou a membros da equipe pedagógica em todos os estabelecimentos, que se comprometeram em colaborar com o trabalho, sendo que os mesmos distribuíram aleatoriamente os questionários aos professores e funcionários. Esta ação foi por iniciativa dos próprios estabelecimentos de ensino, justificando-se pela dinâmica dos horários das aulas, disponibilidade de tempo para responder o questionário.

Por volta de uma semana após a entrega, foram visitados novamente todos os estabelecimentos a fim de recolher o material das entrevistas. De modo geral, percebeu-se boa aceitação por parte da comunidade entrevistada, todos demonstraram interesse pela temática ambiental.

A seguir apresentar-se-á o processo de análise dos dados obtidos a partir da Metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin, detalhando como se deu o

primeiro contato com o material, a construção das hipóteses e, posteriormente, as categorias de significação.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados coletados (pesquisa bibliográfica, documental e de campo) foi realizada a análise. As técnicas adotadas foram baseadas na descrição analítica, com ênfase na Análise do Conteúdo de Bardin.

Segundo Oliveira et al. (2003), a Análise de Conteúdo é um instrumento de análise interpretativa, destacando a atividade interpretativa na busca para atingir o conhecimento, ou seja, por meio da interpretação o homem coloca sua observação sobre um dado fenômeno. A Análise de Conteúdo nos permite interpretar o conteúdo expresso na comunicação, sua mensagem, seus indicadores.

Os autores indicam como objetivo desta técnica “[...] explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem” (OLIVEIRA et al., 2003, p.04). Nesta técnica, o interesse não consiste na descrição dos conteúdos, mesmo sendo uma etapa fundamental para se chegar à interpretação, mas principalmente em como os dados poderão contribuir para a construção do conhecimento após serem tratados, defendem os autores.

Portanto, eles definem a análise de conteúdo como “[...] um conjunto de técnicas de exploração de documentos, que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto” (OLIVEIRA et al., 2003, p.05). Os autores identificam como objetivo final da análise de conteúdo o fornecimento de indicadores aos objetivos da pesquisa. Assim, o pesquisador pode interpretar os resultados obtidos relacionando-os ao próprio contexto de produção e aos objetivos elaborados.

Por fim, os autores orientam sobre as etapas de execução da análise de conteúdo: a primeira delas consiste na organização do material para o trabalho que pode ser entrevistas de professores, alunos, funcionários, ou documentos oficiais, artigos, entre outros. Na sequência, ocorre a definição das unidades de registro,

que são as palavras ou temas mais utilizados. Depois acontece a definição e delimitação do tema, que apresenta de certa forma um resumo do conteúdo.

A próxima etapa de trabalho é a definição de categorias, “[...] esta etapa é muito importante, pois a qualidade de uma análise de conteúdo possui uma dependência com o seu sistema de categorias [que por sua vez, gera classes que reúnem um grupo de elementos da unidade de registro, que são] compiladas a partir da correspondência entre a significação, a lógica do senso comum e a orientação do pesquisador” (OLIVEIRA et al., 2003, p.09). De tal modo, para garantir a fidedignidade desta pesquisa, é necessário que o pesquisador explique com transparência a construção dos procedimentos por meio de registros das ações tomadas por meio de explicações claras e detalhadas.

Na análise do conteúdo, pretende-se verificar qual é o conteúdo transmitido nas respostas obtidas na pesquisa, visto que as perguntas são vistas como um incentivo para o entrevistado emitir sua opinião. Cabe ainda ressaltar que:

[...] o pesquisador deve realizar uma primeira leitura dos textos produzidos pelos informantes, chamada *leitura flutuante*. A partir dessa primeira leitura, o pesquisador pode transformar suas intuições em hipóteses a serem validadas ou não pelas etapas consecutivas. Das hipóteses formuladas é possível extrair critérios de classificação dos resultados obtidos em categorias de significação (ROCHA et al., 2005, p. 313).

Após, construídas as hipóteses, a próxima etapa é a construção de categorias de significação. Nesta pesquisa, as categorias foram desenvolvidas a partir das três macrotendências em Educação Ambiental: Tendência Conservacionista, Tendência Pragmática e Tendência Crítica.

Adotando a análise de conteúdo como metodologia da pesquisa, inicialmente realizou-se a primeira etapa, que consiste na organização da análise. Segundo Bardin (2011, p. 125), essa etapa se divide em três polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação.

Na primeira fase, a pré-análise, consistiu na organização, operacionalização e sistematização das ideias iniciais, que se baseia na escolha dos documentos e na formulação das hipóteses e objetivos. Desta forma, realizou-se uma leitura flutuante para conhecer o texto, tirar as impressões e informações contidas.

Concluída a leitura, foi selecionado o material a ser utilizado, oriundos dos documentos pesquisados, que formou o *corpus* da pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos a serem analisados.

Na sequência, foram elaboradas as hipóteses e objetivos, sendo que as hipóteses consistiam em “[...] constatar-se como é formada a concepção de Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena. Espera-se encontrar uma postura tradicional e em alguns casos reprodutora de experiências exitosas em outros locais”. E também “[...] acredita-se os aspectos culturais e regionais contribuem e influenciam na formação, implantação e disseminação das ações de cunho ambiental nos estabelecimentos de ensino” (anteprojeto). Lembrando que as hipóteses são afirmações provisórias, que serão verificadas pela pesquisa.

Os objetivos apresentam a finalidade geral da pesquisa, que nesse caso, tem como objetivo principal “Contextualizar e analisar a compreensão de Educação Ambiental utilizada nos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena – PR”, e os objetivos específicos compreendem: identificar e analisar o conceito de Educação Ambiental formal; caracterizar a cultura ambiental do município de Santa Helena, de modo a discutir os meios de acesso e implantação da Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino; confrontar as práticas ambientais existentes nos estabelecimentos estudados com as ações previstas no programa de Educação Ambiental.

Com tais objetivos e suas hipóteses formuladas, passou-se a elaboração dos índices, que compreendem os conceitos de Educação Ambiental Formal, Práticas Pedagógicas e Cultura Ambiental. Assim, neste estudo, entende-se por Educação Ambiental o processo educativo que leva a emancipação pessoal do cidadão, tornando-o apto a compreender o mundo em que está inserido e as relações que se estabelecem entre homem-homem e homem-natureza.

Processo esse que instrumentaliza e dá autonomia pessoal, permitindo ao cidadão condições de fazer suas análises, suas leituras e traçar seus compromissos individuais e coletivos com o seu entorno local e geral, que *haja local com o pensamento global*, que se veja como responsável por suas atitudes, não procurando apenas ver no outro a responsabilidade pela crise ambiental.

Especificamente no contexto formal de ensino, espera-se que a EA promova a interação e o diálogo entre os diferentes campos do saber e que as mesmas se tornem práticas permanentes e contínuas, fortalecidas pelo engajamento coletivo em consonância com a realidade. Que os educadores criem uma dinâmica constante de reflexão das ações e práticas desenvolvidas, num processo de aperfeiçoamento, de recuperação e preservação do meio ambiente.

Para enriquecer o texto, recorre-se a contribuição de Loureiro (2012), a partir do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global de 1992, que se concebe a EA como

[...] portadora de processos individuais e coletivos que contribuem com: (1) a redefinição do ser humano como ser da natureza, sem que este perca o senso de identidade e pertencimento a uma espécie que possui especificidade histórica; (2) o estabelecimento, pela práxis, de uma ética que repense o sentido da vida e da existência humana; (3) a potencialização das ações que resultem em patamares distintos de consciência e de atuação política, buscando superar e romper com o capitalismo globalizado; (4) a reorganização das estruturas escolares e dos currículos em todos os níveis do ensino formal; e (5) a vinculação das ações educativas formais, não formais e informais em processos permanentes adequados à compreensão do ambiente e problemas associados. Em síntese, uma práxis educativa que é sim cultural e informativa, mas fundamentalmente política, formativa e emancipadora, portanto, transformadora das relações sociais existentes (LOUREIRO, 2012, p. 37).

Acredita-se assim que a EA não é uma prática neutra no ambiente escolar, mas sim política, ideológica e principalmente inquietante, que gera desconforto e tomada de novas atitudes e posturas diante do meio ambiente e das relações sociais, econômicas, culturais e políticas assumidas.

Também, entende-se por cultura ambiental o processo de interação entre os membros de uma comunidade (sociedade), a troca de informações, valores, condutas e posturas assumidas e tidas como corretas. A cultura não é um produto acabado, ela está em constante transformação, porém, sem perder sua essência, pois ao interagir com os membros, as novas gerações fazem-na a sua cultura, interiorizando e, automaticamente, passam a difundir-la para as próximas gerações (FOLADORI et al., 2004, p. 337). Esta se manifesta no cotidiano das pessoas e nas relações que estabelece com seus pares e, também, nas manifestações artísticas e na tradição.

Sobre a dicotomia existente entre a sociedade e a natureza, Sachs (2000, p. 10) apresenta a cultura como mediadora desta relação. Está ligada às concepções éticas e também ao estilo de vida, que se apresenta carregado de sentidos históricos e que determina o comportamento de um grupo. A prática pedagógica acontece em diferentes espaços educativos, no cotidiano de professores e alunos e, principalmente, na sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, na relação professor-aluno-conhecimento.

Nesse processo dinâmico de construção de saberes, o professor tem a oportunidade de avaliar-se, para verificar se o conhecimento que o aluno está construindo irá provocar novas posturas, pois quando o aluno aprende algo, espera-se que provoque mudanças no seu dia a dia.

A partir do momento que o aluno vê-se apto a agir sobre o mundo a fim de transformá-lo, o mesmo está desenvolvendo sua autonomia e ela está relacionada às escolhas conscientes, amparadas pela interação e mediações com o outro, com a sociedade e com o mundo. Neste sentido, o autor assinala que a ação autônoma é um

[...] conceito central para a educação e, particularmente, para a Educação Ambiental, uma vez que conhecer, agir e se perceber no ambiente deixa de ser um ato teórico-cognitivo e torna-se um processo que se inicia nas impressões genéricas e intuitivas e que vai se tornando complexo e concreto na práxis (LOUREIRO, 2012, p. 144).

Portanto, a prática ambiental escolar deve subsidiar a ação transformadora do aluno a partir do ambiente em que está inserido, o aluno precisa assimilar a teoria e, principalmente, aplicá-la no seu cotidiano. Acredita-se ser este um dos propósitos fundamentais de qualquer processo educativo.

Após, passou-se a exploração do material e para validar os dados obtidos e torná-los significativos, parte-se para os trabalhos de codificação, que segundo a autora,

[...] corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 2011, p. 133)

A próxima etapa consiste na criação de categorização de significação, onde se classificam os elementos de um grupo de acordo com os critérios previamente definidos. Desta forma, a organização em categorias tem como objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos.

A análise de conteúdo fundamenta-se que com a “[...] categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p.149); portanto, ao construir as categorias é possível ao pesquisador, identificar mensagens que na mera tabulação dos dados não seria possível perceber.

Nesta pesquisa foram construídas duas categorias: a Educação Ambiental Teórica e a Educação Ambiental Prática, a fim de identificarmos a relação entre o conhecimento teóricos dos educadores e as práticas pedagógicas desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino.

Categoria 1 Educação Ambiental Teórica	Objetivo: Identificar a concepção de Educação Ambiental predominante nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena.
Perguntas: - A Educação Ambiental desponta no cenário mundial, a partir da década de 1970, com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972. Muitos conceitos e a atuações de Educação Ambiental foram disseminados. Sendo assim, qual dos conceitos abaixo apresenta a melhor definição de Educação Ambiental para você... - Ao educador indica-se a tarefa de mediar o conhecimento que seu aluno possui ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Em suas ações, procura desenvolver novas leituras do mundo, da vida e das ações humanas sobre ambos. Considerando a Educação Ambiental, em sua opinião, qual o perfil que o Educador Ambiental deva possuir... - Na literatura, encontramos várias definições de práticas ambientais. Na sua perspectiva, as práticas realizadas na sua escola apresentam como objetivo... - A Educação Ambiental surge no Brasil por volta da década 1970. Os movimentos sociais ganham força no cenário nacional, e a Educação Ambiental conquista seu espaço com sua institucionalização em 1973. Sendo assim, e de acordo com aspectos legais existentes, como a Educação Ambiental foi apresentada para você... - A partir do currículo adotado por sua escola, como são desenvolvidas cotidianamente as atividades relacionadas às questões ambientais:	

Categoria 2 Educação Ambiental Prática	Objetivo: Identificar as práticas existentes nos estabelecimentos de ensino e relacioná-las com as macrotendências apontadas por Layrargues (2011).
Perguntas: - A Escola Espaço Feliz está desenvolvendo um programa de Educação Ambiental com seus alunos. A direção e equipe pedagógica organizaram uma reunião para estabelecer as diretrizes do programa, linhas de atuação, ações a serem desenvolvidas, entre outros aspectos. Os professores e funcionários apresentaram algumas propostas. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta a melhor proposta, em sua opinião...	

- No mesmo município onde se localiza a Escola Getúlio Vargas, uma usina de reciclagem funciona regularmente e apresenta bons índices de coleta de resíduos. Como a cooperativa acredita que pode melhorar seus rendimentos, ela procurou a Secretaria Municipal de Educação deste município e com ela firmou uma parceria. Nesta parceria, ficou estabelecido que as escolas contribuíssem desenvolvendo práticas de Educação Ambiental. Assim, em sua opinião, qual é a melhor alternativa a se indicar para a escola...

- Na Escola Criança Alegre, os professores sentiram a necessidade de desenvolver ações relacionadas com o aproveitamento da água chuva. O assunto foi discutido em reuniões pedagógicas e o colegiado resolve construir uma cisterna. Na justificativa do projeto, os docentes optaram pela seguinte argumentação: assinale a alternativa que apresenta a melhor justificativa, em sua opinião...

- Anualmente, a Escola Bom Sucesso desenvolve projetos de Educação Ambiental com seus alunos. Neste ano, a temática abordada é sobre o uso de agrotóxicos, visto o aumento das pragas vem aumentando e assim, o agrotóxico é utilizado na lavoura, pecuária e até mesmo no ambiente doméstico. Os professores estão preocupados com o risco a saúde das crianças e demais membros da comunidade. Desta forma, ao analisar quais ações à escola pode realizar para contribuir com a comunidade, assinale a alternativa que representa sua opinião...

- A Escola Bom Jardim desenvolve ações de Educação Ambiental com seus alunos há alguns anos. Já realizaram campanhas no bairro de conscientização do uso dos recursos naturais, sobre a reciclagem, sobre plantas medicinais, entre outros temas. Nos últimos anos, vem dedicando-se a recuperação de uma nascente próxima à escola. Entre as atividades já realizadas, existe o mapeamento do córrego (causas que levaram a escassez da mata ciliar, recuperação e plantio de novas árvores para mata ciliar, visita com os alunos, entre outras). A discussão agora é sobre a continuidade ou não do projeto. Sendo assim, assinale a alternativa que representa sua opinião...

A análise dos dados ocorreu a partir das duas categorias supracitadas, sendo cada uma delas composta por cinco questões. Para tal, foi identificada a informação principal de cada questão e relacionadas às categorias que as compõem. Neste sentido, identifica-se como teóricas as questões relativas a conceitos que podem expressar as concepções dos entrevistados a respeito do perfil educacional do educador, do seu entendimento de currículo e de que maneira compreende a Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. Além do entendimento do que é Educação Ambiental, das práticas que englobam e do previsto na legislação.

Já nas questões classificadas como práticas, procura-se relatar experiências escolares, e para cada uma delas, três opções de comportamento, para permitir que o entrevistado se identifique com a situação descrita e opte pela ação que julga correta em cada uma, ou a que adotaria, na situação descrita. Em ambas, procurou-se a objetividade e clareza dos questionamentos e encaminhamentos, prezando pela qualidade e conforto dos entrevistados, para que participassem com segurança e tranquilidade. A seguir, apresenta-se os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO IV

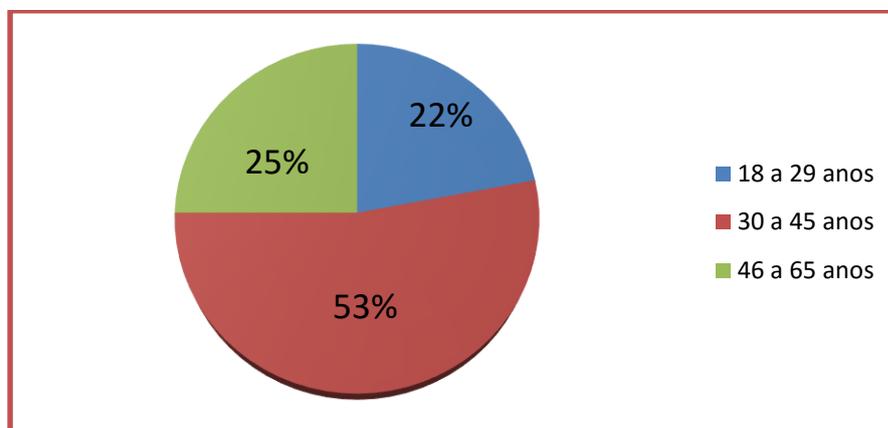
A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL UTILIZADA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE SANTA HELENA

Para a análise das informações coletadas, inicialmente realizou-se uma verificação das respostas com o intuito de validação. Trabalhou-se com uma amostragem da população, correspondente a 40% dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena – PR, em exercício no ano de 2014. Desta amostra, totalizou o retorno de 380 questionários, sendo 287 professores e 83 funcionários compreendendo secretários, bibliotecários, merendeiras, zeladoras, técnicos e motoristas das escolas participantes.

Dos sujeitos pesquisados, 82% são mulheres e 18% são homens.

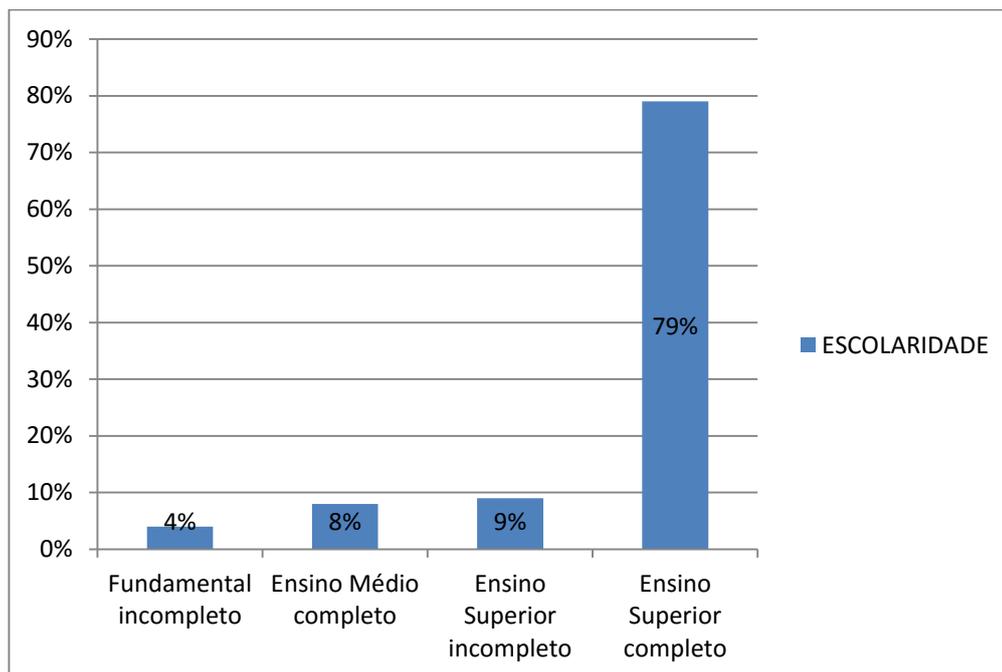
Em relação à faixa etária, a amostra estudada é composta por:

FIGURA 10. Faixa etária dos entrevistados



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

No que diz respeito à escolarização, o grupo apresentou a seguinte configuração:

FIGURA 11. Panorama Geral – Escolaridade

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Já em relação ao tempo de serviço, pode-se observar que a maior parte é iniciante sendo: 40% deles têm entre 1 mês a 5 anos de profissão, 30% tem entre 6 a 15 anos, 18% tem de 16 a 25 anos. Somente 12 % têm mais de 25 anos de trabalho. Sobre a forma de contratação, 52% são concursados e 35% contratados. Tivemos também 13% que não responderam a esta questão.

No que tange à análise das informações, cujas intenções são de verificar qual é tendência da EA predominante nos estabelecimentos de ensino, utilizamos duas categorias de referência:

Educação Ambiental Teórica

- Denominada como Educação Ambiental Teórica, cujo objetivo é o de identificar a concepção de Educação Ambiental predominante nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena. Abrange os conceitos e concepções sobre EA, perfil do educador, currículo e legislação;

Educação Ambiental Prática

- Denominada Educação Ambiental Prática, cujo objetivo é o de identificar as práticas existentes nos estabelecimentos de ensino e relacioná-las com as macro-tendências apontadas por Layrargues; Lima (2011). Compreende experiências pedagógicas ambientais permitindo ao entrevistado se identificar com a situação e qual ação teria em cada uma;

Cada questão foi identificada inicialmente a categoria, se teórica ou prática, e posteriormente analisada sua resposta, verificando em qual tendência se encaixa: conservadora, pragmática ou crítica, conforme Tabela 1.

Tabela 01. Categorias para análise das informações coletadas

QUESTÃO/ PALAVRA- CHAVE	CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS DO PERFIL ASSUMIDO	
01 – Conceito de EA	Teórica	Conservadora	“Apoia-se nos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva com relação à natureza e na mudança de comportamentos individuais em relação ao ambiente” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p.8). Baseia-se na visão ambiental e não social, é orientada pela conscientização ecológica. Acredita ser possível resolver os problemas ambientais por meio da difusão de informações e de educação para o meio ambiente, ou ainda, por meio de progresso científico desenvolver novas tecnologias para combater a crise. Fundamenta-se no olhar dos profissionais das ciências naturais e acredita que por meio da sensibilização e da afetividade seja possível desenvolver novos comportamentos com relação à natureza. Caráter individualista, comportamentalista e suas práticas pedagógicas consistem em passeios, datas comemorativas, entre outras.
02 – Perfil do Educador Ambiental			
03 – Aspectos Legais da EA			
04 – Práticas Ambientais		Pragmática	Caracteriza-se pela responsabilidade individual, provocando assim uma mudança de comportamento dos hábitos de consumo. Abrange as perspectivas do Desenvolvimento Sustentável para o Consumo Sustentável (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9), apresentou-se como “um mecanismo de compensação para corrigir a ‘imperfeição’ do sistema produtivo baseado no consumismo, na obsolescência planejada e nos descartáveis” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 9). Considera o meio ambiente destituído de componentes humanos, evidenciando o esgotamento de recursos naturais, visualizando a necessidade do combate ao desperdício e incentivando a reciclagem. Sua pauta educativa baseia-se na esfera da produção e do consumo, voltada aos recursos naturais sem qualquer relação com o social. Descarta as práticas pedagógicas de contato com o ambiente natural. Segundo os autores, apresenta ainda duas características complementares: a ausência de reflexão sobre as causas e consequências da crise e, a busca por projetos e ações factíveis que contribuam com um futuro sustentável (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p. 10).
10 – Currículo			
05 – Programa de EA	Prática	Crítica	Visa articular os aspectos sociais e políticos aos estudos ambientais, procura “[...] contextualizar e politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da sustentabilidade e problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade que experimentamos local e globalmente” (LAYRARGUES; LIMA, 2011, p.11). Prevê a incorporação das dimensões política e social da educação e vida humana como fundamentais para compreensão do processo de evolução e desenvolvimento, e que estas, não existem separadas da existência dos indivíduos, dos seus valores, crenças, entre outros aspectos culturais. Compreende a relação Homem–Natureza mediada por relações socioculturais e classes historicamente construídas.
06 – Usina de Reciclagem			
07 – Cisternas			
08 – Agrotóxicos			
09 – Recuperação de nascentes			

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Para analisarmos a categoria Educação Ambiental Teórica, perguntamos ao grupo qual era o seu conhecimento sobre Educação Ambiental. O mesmo apresentou uma tendência mista, composta pela concepção de Educação Ambiental na perspectiva Crítica (56% dos entrevistados), Conservadora (23%) e a Pragmática (21%).

A presença das várias tendências na visão desta amostra indica a diversidade de compreensão que a Educação Ambiental vem mostrando para a sociedade. Na verdade, isto não é um problema. Mas se torna uma dificuldade quando é colocada em prática, pois a vertente conservadora apresenta um perfil mais ingênuo e, segundo Layrargues; Lima (2011), focado no sentimentalismo ambiental; bem como a vertente Pragmática indica muito mais ações de ajustamento ao mercado, ao capital. Por conseguinte, nesta amostra observamos uma divisão entre a população, um grupo visualizando novas perspectivas para Educação Ambiental Crítica e um segundo grupo comprimido em uma visão ecológica do processo educacional Conservadora e Pragmática.

Sendo assim, perguntamos sobre o perfil do Educador Ambiental, de modo a verificar qual é a percepção que o grupo tem das suas características e responsabilidades. Para esta questão, 58% dos entrevistados optaram pela vertente Crítica e 38% pela vertente Pragmática, evidenciando que postura do educador ambiental deva ser de efetiva atuação, de modo a estimular o aluno a compreender o processo de ensino-aprendizagem que o leva a descobrir as causas dos problemas ambientais e assim agir em sua comunidade. Esta questão reforça os questionamentos de Layrargues; Lima (2011) a respeito do tipo de Educação Ambiental que é ofertada ao público, se de condicionamento de comportamentos ou de formação para o enfrentamento dos conflitos de interesses.

Nota-se assim, que este grupo já vem procurando adotar práticas que contemplem os elementos sociais em suas reflexões e ações, estimulando o sentimento de pertencimento do cidadão ao meio em que está inserido e também como agente de mudanças, agora não mais individualmente, mas como coletivo.

Sobre os aspectos legais sobre a EA, verificamos que 79% dos entrevistados novamente se mostraram simpatizantes à tendência Crítica. Eles apontam que a Educação Ambiental deve contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e as Graduações.

Também que ela deve abranger a educação informal, pois eles defendem que ela deve ter um caráter interdisciplinar e dialogar com todos os saberes, conforme as recomendações de Tbilisi e as orientações da Política Nacional de Educação Ambiental e do ProNea.

Houve ainda a necessidade de se avaliar a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar dos estabelecimentos estudados. Assim, 64% dos entrevistados escolheram a alternativa correspondente à vertente Crítica e 23% deles à vertente Conservadora. Mas, por outro lado, sabemos que não se deve trabalhar a EA como uma obrigação, determinada pelo Ministério da Educação e sim compreender a necessidade e importância da mesma no contexto educacional (SILVA, 2008).

Dessa forma, ao analisar as questões teóricas, considerando a alternativa mais votada em cada questão, pode-se concluir que os educadores santahelenenses demonstram uma inclinação a macrotendência Crítica, no que tange a categoria teórica. Mas, em relação à categoria prática, verificamos que 73% dos entrevistados assumiram-se como pragmáticos.

Constata-se que a dificuldade dos educadores em visualizar ações críticas, aquelas que envolvem aspectos sociais e políticos no cotidiano escolar, deflagram a fragilidade de se encontrar soluções aos problemas ambientais postos, uma vez que eles não se sentem confiantes em afirmar se entenderam as causas apresentadas. Neste sentido, nota-se que ao analisar suas práticas pedagógicas, os educadores ainda adotam uma postura guiada pela pedagogia tradicional (baseada em ações pontuais e sem continuidade, de caráter conteudista e fragmentado), conforme apontado por Guerra (2007).

Os entrevistados foram convidados a analisar propostas de atuação, desenvolvidas e Programas de Educação Ambiental fictícios, de modo a escolher a alternativa que julgassem mais relevante a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino em que trabalha: 37% dos entrevistados escolheram a alternativa que corresponde a tendência Crítica, 34% escolheram a tendência Pragmática.

O grupo apresenta a compreensão de EA de forma híbrida, com diferentes formas de colocar em prática. Este dado corrobora a afirmação de Guerra (2007), que denuncia que muitos trabalhos da EA formal apresentam ações baseadas no

comportamento, a partir de datas comemorativas e campanhas, de forma fragmentada e com pouco envolvimento da comunidade.

No que se refere ao trabalho realizado por Usina de Reciclagem e uma proposta de parceria com as escolas do município com o intuito de melhorar os índices de recolha de resíduos, novamente, a postura dos educadores ficou dividida entre a tendência Pragmática com 51% e a Crítica com 31%. Fato este que pode demonstrar a dificuldade por parte dos educadores em trazerem para seu cotidiano ações mais complexas, que discutem as causas e as consequências da crise ambiental, não apenas ações envolvendo os alunos em ações educativas individuais e comportamentais, de forma conteudista, desconsiderando os aspectos históricos e políticos.

Nota-se também preocupação com o consumo consciente. Mas o grupo não descarta a ideia de que se reciclar depois, pode consumir agora. Esta postura, propagada pela tendência Pragmática ficou conhecida pela alcunha da *Pauta Marrom*, de acordo com Layrargues; Lima (2011).

Perguntamos sobre a opinião em relação à construção de Cisternas nos estabelecimentos de ensino. Nesta questão, 42% dos entrevistados se mostram adeptos a uma visão mais Pragmática e 31% a uma visão mais Crítica. Assim, nota-se que os educadores estão avançando em suas ações pedagógicas, abandonando a postura de *conservador ecológico* e passando para a postura de *pragmático sustentável*, de modo a assumirem uma postura que não agrida o meio ambiente.

No entanto, essa perspectiva baseia-se ainda em compreensões fragmentadas do Ambiente, a partir de uma visão unilateral, que distancia os aspectos sociais e políticos dos ecológicos. Esta visão ainda deflagra a utilização de comportamentos individualistas, aspecto esse que não promove a emancipação dos cidadãos, pois dificulta o uso da autonomia para lidar com os problemas ambientais.

Layrargues (2002) também identificou esse processo de transição em seus estudos (apesar de que sua amostra não seja com educadores em estabelecimentos de ensino formal), apontando que a EA vem deixando de ser naturalista e incorporando aspectos socioambientais, reconhecendo assim, sua dimensão político-ideológica.

Sobre o uso de agrotóxicos e a ação dos educadores em conscientizar a população sobre os riscos que esses produtos apresentam, observamos que 60% dos educadores escolheram a alternativa que corresponde à tendência Crítica e 27% a que correspondente à tendência Pragmática. Constatamos assim que os educadores não possuem uma prática uniforme em suas ações pedagógicas, pois um grupo ainda demonstra dificuldade em realizar ações mais complexas, ou seja, extrapolar o campo ecológico e passar a dialogar com aspectos educativos, conforme aponta Carvalho (2012).

Por fim, sobre a utilização de projeto de Educação Ambiental para a recuperação de uma nascente, 86% dos educadores entrevistados escolheram a alternativa que demonstra uma tendência Crítica. Identifica-se neste questionamento que os entrevistados compreendem a importância da continuidade das ações e comprometimento da coletividade, revelando assim que algumas das recomendações expressas em Tbilisi já estão presentes no cotidiano dos estabelecimentos de ensino do município.

Diante do exposto, podemos observar que os educadores demonstraram um entendimento de Educação Ambiental voltado para a macrotendência Crítica, compreendendo a EA como um instrumento de participação na gestão ambiental, um processo educativo que considera os saberes e a cultura local. Acreditam que a Educação Ambiental deve contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, estimulando o diálogo com os diferentes saberes visando à superação da fragmentação do conteúdo (conforme Tabela 02).

Tabela 02. Categoria E. A. Teórica

QUESTÃO/ PALAVRA-CHAVE	RESPOSTAS ESCOLHIDAS PELA MAIORIA DOS PARTICIPANTES
CONCEITO DE EA	A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.
PERFIL DO EDUCADOR AMBIENTAL	É necessário ao Educador Ambiental um amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão. Desse modo, o educador ambiental deve ter capacidade tanto para desenvolver ações

	educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais.
ASPECTOS LEGAIS DA EA	A Educação Ambiental deve contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e as Graduações, abrangendo ainda a educação informal também. Esta deve ter um caráter interdisciplinar e dialogar com todos os saberes.
PRÁTICAS AMBIENTAIS	Ser considerada como algo próprio do ser humano, fruto do seu processo de aprendizagem. Ao internalizar o conteúdo aprendido, o aluno tem capacidade de conscientemente assumir uma ação, optando por torná-la uma prática cotidiana ou não. Por exemplo, ao aprender que a água é um recurso finito e sua importância para sobrevivência de todas as espécies, o aluno perceberá se há ou não necessidade de usar esse bem comum de forma consciente. Não por influência da família ou da escola, mas devido à sua própria análise.
CURRÍCULO	As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas envolvem todas as disciplinas, todas as áreas do conhecimento têm contribuições importantes para dar. Cada professor, na sua especialidade, dialoga com seus colegas, analisando como sua especificidade pode contribuir para resolução da situação apresentada, superando a fragmentação do conteúdo.
TENDÊNCIA IDENTIFICADA	CRÍTICA

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Mas na prática, apresentam uma postura Pragmática, valorizando a mudança de comportamento dos hábitos de consumo, incentivando o consumo sustentável, desenvolvendo ações que visam à economia de água, energia, cuidados com a camada de ozônio, destacando a responsabilidade individual diante da crise ambiental.

Muitas de suas práticas educativas baseiam-se na produção e consumo, voltado para os recursos naturais sem quaisquer ligações com a dimensão social.

Tabela 03. Categoria E. A. Prática

QUESTÃO/ PALAVRA-CHAVE	RESPOSTAS ESCOLHIDAS PELA MAIORIA DOS PARTICIPANTES
PROGRAMA DE EA	A Escola deve analisar a realidade local e a partir desta demanda instituir as ações. Também, que se deve trabalhar com o consumo infanto-juvenil, visto que as crianças estão se tornando consumidores em potencial e precisam compreender os riscos que esse comportamento oferece. Há a indicação de iniciar as atividades com um levantamento dos últimos presentes que eles ganharam, os que possuem e o tempo de vida de cada um. A

	influência da mídia, a postura dos pais entre outros aspectos. A partir de então, estimular a compreensão nas crianças do impacto desse consumismo e difundir práticas responsáveis diante do mercado.
USINA DE RECICLAGEM	Desenvolver o projeto a partir da perspectiva do aluno como multiplicador, considerando que o que ele aprendeu na escola irá repassar para sua família, desta forma, a reciclagem obterá mais adeptos e conseqüentemente melhorará a arrecadação da cooperativa.
CISTERNAS	Respeitando as atuais demandas a respeito da utilização dos recursos naturais (água, minerais, solo, entre outros), acreditando ser necessário adotar posturas conscientes com relação à utilização desses recursos. Como neste ano o foco de trabalho foi a água, a instalação de cisternas teve o objetivo de diminuição do consumo da água potável, e a utilização da água da chuva para realizar a limpeza do espaço escolar. Acreditou-se que a partir do momento em que a escola assumisse uma postura coerente, ela teria uma relevância maior. E, principalmente, os alunos perceberiam que a escola possui uma nova postura, sugerindo aos seus pais a adoção de novas posturas em casa também.
AGROTÓXICOS	Defendem ser necessário iniciar um trabalho com os pais inicialmente, visto que eles os responsáveis direto pelo consumo dos agrotóxicos. Assim, quando obtiverem maiores informações sobre os riscos que o produto oferece, poderão pensar em novas estratégias de uso, não uso ou descarte.
RECUPERAÇÃO DE NASCENTES	Defendem que é necessário ter outro foco agora, abordar um tema novo que ainda não foi trabalhado. Quando for dia da água ou outra data afim ou correlacionada, visitar o córrego e desenvolver alguma atividade ativa e colaborativa.
TENDÊNCIA IDENTIFICADA	PRAGMÁTICA

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Importante destacar neste momento que mesmo assim, há um avanço em termos de perspectiva e compreensão de Educação Ambiental, pois, nota-se na Categoria Educação Ambiental Prática, que os Educadores estão progredindo e alterando suas posturas, deixando de se basear somente em questões ecológicas e compreendendo que não basta apresentar sentimentos pessoais pela natureza. Mas sim, é preciso ir além e compreendê-la como um todo.

Portanto, para melhor analisarmos estas tendências, optamos por confrontar as respostas daqueles que na primeira categoria assumiram a postura Crítica em relação à segunda categoria, Educação Ambiental Prática, de modo a verificar se a mesma postura assumida nas questões teóricas se confirma nas questões práticas.

De pronto, observamos que a tendência Pragmática representa a maioria das respostas. No entanto, há um indicativo de superação e incorporação da tendência Crítica.

Ainda, percebe-se que a tendência Conservadora aparece em apenas uma das respostas, demonstrando um possível amadurecimento destes educadores, ao compreenderem que os aspectos ambientais e sociais devam ser contextualizados em suas abordagens.

Observou-se também que os educadores têm clareza do posicionamento filosófico e sobre a legislação, apesar de ainda não conseguirem transferir seus conhecimentos para as ações pedagógicas do dia a dia.

No momento de executarem uma prática pedagógica de Educação Ambiental, grande parte dos educadores se baseia em ações pontuais, muitas vezes sem continuidade, de caráter a-histórico e não político, reduzindo o ser humano à condição de vítima e causador da crise ambiental. Especificamente, este grupo demonstrou que ainda desconsidera qualquer ligação com os aspectos sociais, como apontam Layrarges; Lima (2011), em algumas delas, demonstrando um perfil sustentável obrigatório.

Ao analisar as duas categorias, percebemos que teoricamente os educadores demonstram segurança em suas respostas e nos fornece a possibilidade de classificá-los como tendência Crítica.

Contudo, no que tange à prática, nota-se uma dificuldade em ter um posicionamento crítico, ou melhor, ser crítico em suas vivências. Suas práticas pedagógicas consistem como tendência Pragmática, uma vez que os elementos culturais influenciam o processo de ensino e aprendizagem a partir do momento em que este ocorre sem reflexão, por repetição, conforme figura 15.

Figura 12. Concepção de EA utilizada na amostra estudada

1ª categoria: EA teórica	Concepção de EA	56% crítica 23% conservadora 21% pragmática
	Perfil do Educador Ambiental	58% crítica 38% pragmática
	Aspectos legais da EA	79% crítica
	Currículo	64% crítica 23% conservadora
	Práticas Ambientais	73% pragmática

2ª categoria: EA prática	Programa de EA	37% crítica 34% pragmática
	Usina de Reciclagem	51% pragmática 31% crítica
	Cisternas	42% pragmática 31% crítica
	Agrotóxicos	60% crítica 27% pragmática
	Recuperação de nascente	86% crítica

FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Assim sendo, constatamos no campo teórico, que apesar dos entrevistados apresentarem uma inclinação para a tendência Crítica, eles ainda não conseguem transferir os conhecimentos teóricos para o cotidiano escolar. Mas, identificamos um avanço no campo prático, no qual os entrevistados estão deixando a postura de conservador ecológico e adotando um perfil pragmático sustentável.

Também verificamos que há um distanciamento entre o campo teórico e prático, pois no primeiro, os entrevistados demonstram estarem somente preocupados em acompanhar o que está previsto na legislação, nas orientações emanadas pelos Ministérios e Secretarias.

Os estabelecimentos ensino procuram promover ações que contemplam a Educação Ambiental com seus pares. Mas, ainda mostram carência no aperfeiçoamento de suas práticas. Desta forma, ao analisarmos os Projetos Políticos Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino constata-se que contemplam a Educação Ambiental em suas ações.

Em grande parte deles apresentam a Educação Ambiental como um processo de compreensão crítica e histórica das questões ambientais, como enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, contemplando assim o previsto no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNea.

No entanto, suas práticas pedagógicas evidenciam novamente um caráter pragmático, com ações baseadas em datas comemorativas que se desenvolvem por meio de projetos, campanhas, e ou atividades promovidas por disciplinas, como neste colégio:

Tal assunto é trabalhado pelo coletivo da escola, por meio do Projeto Terra Limpa, que neste ano já está na sua 11ª edição, e busca enfatizar a construção de uma sociedade que garanta a preservação da vida. Este projeto tem início todo ano, no dia do solo (dia 15 de abril) e conta com a participação de todas as turmas

da escola. No decorrer do ano são desenvolvidas várias atividades, como: concurso de desenho, frases, produção de texto, poesia, paródia (todos estes referentes a temas relacionados ao meio ambiente), limpeza de rios, plantio de mudas de árvores, pedágio ecológico, recolha de material reciclável, óleo, pilha e bateria de celular, campanha do agasalho e do uniforme escolar, recolha de notas fiscais, e no encerramento no Projeto (lá pelo mês de novembro) é realizado um passeio ciclístico e uma gincana esportiva. (Projeto Político Pedagógico, 2014, p. 73)

Percebemos assim, como já mencionado, que as ações já evoluíram da tendência conservadora, e concentram no campo pragmático. Contudo, em outros estabelecimentos de ensino, a Educação Ambiental é tida como uma obrigação estipulada pela Lei 9795/99, no qual se indica abordar a maneira como nos apoderamos dos recursos naturais, pois “[...] dependendo da forma como nos apropriamos do meio ambiente, poderemos destruí-lo pela exploração desordenada ou utilizá-lo de maneira consciente” (PPP, 2014, p. 35).

Ainda neste grupo conservador, percebe que uma pequena parte dos PPP's pesquisados menciona a Educação Ambiental como um desafio educacional contemporâneo e não referenciam como será abordado no cotidiano escolar. Outros, a Educação Ambiental é mencionada nos conteúdos específicos de determinadas disciplinas, e ainda, em alguns documentos não se menciona em seu PPP a Educação ambiental.

Assim, constatamos que a cultura ambiental escolar do município divide-se em um grupo com ações mais constantes, no entanto, ainda fragmentadas e isoladas do contexto escolar. As atividades ocorrem de maneira já tradicional, constituindo-se como uma atividade rotineira, que já compõe o calendário dos estabelecimentos, e que os educadores procuram aperfeiçoá-la a cada ano com algumas inovações.

Em outros, ainda é tida como uma obrigatoriedade curricular, de responsabilidade de uma disciplina. Por conseguinte, nota-se também que algumas ações que demonstraram êxito em determinados estabelecimentos são replicadas; mas não compreendidas. Isto se mostra no campo das práticas pedagógicas, cujas atividades não superam as já existentes.

CONCLUSÃO

A Educação Ambiental fortalece-se diariamente no cenário educacional por meio de ações propostas pelos educadores, campanhas promovidas pelas secretarias de educação e do meio ambiente, por ações programas federais e estaduais. Almejam conscientizar a população a respeito dos seus hábitos de consumo, estilos de vida, preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, incentivar a participação social nas tomadas de decisões, comprometimento por parte dos grupos sociais a adotarem posturas e hábitos que minimizam o impacto ambiental.

Percebe-se na trajetória da Educação Ambiental evolução nas concepções e nas ações, inicialmente as ações pautavam-se na sensibilização ao meio ambiente e tomada individual de novos comportamentos, a fim de preservar a natureza. Com o enraizamento da Educação Ambiental nos diferentes segmentos sociais e, principalmente, no cenário educacional, novas pesquisas e estudos foram surgindo, provocando novos olhares e compreensões a respeito da temática ambiental, despertando assim, a análise não apenas de aspectos ecológicos sobre o meio ambiente, mas também dos elementos sociais - fato esse que estimula novas ações e posturas diante da crise ambiental.

Essencialmente, esta pesquisa focou-se nos estabelecimentos ensino enquanto centros de formação educacional, cultural, social, intelectual de uma população (local da transposição dos conhecimentos produzidos pela humanidade). Neste sentido, procurou-se responder a seguinte questão: Em que medida os aspectos culturais e regionais influenciam a concepção e as ações de Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino em um município?

Inicialmente, constatou-se que a cultura ambiental escolar do município fundamenta-se em ações de Educação Ambiental pautadas pela conscientização e mobilização, cujo objetivo foi o de sensibilizar a população sobre o impacto de suas ações e durabilidade ou escassez dos recursos naturais.

As ações promovidas concentravam-se em grande parte em projetos baseados em datas comemorativas. Nota-se que alguns desses projetos se repetem em diversas escolas.

Percebe-se que grande parte das atividades propostas nestes projetos fundamenta-se no intuito de modificar o comportamento do aluno e, por tal motivo, se tornam frágeis, restringindo tais ações ao contexto disciplinar. Esta postura sugere uma cultura ambiental individualista e sem continuidade.

A população entrevistadas mostrou-se híbrida, pois apesar de demonstrar um perfil questionador e atuante (Tendência Crítica), que procura relacionar os problemas ambientais com modelo de desenvolvimento econômico, articulando os aspectos sociais e políticos aos estudos ambientais, suas ações ainda concentram-se na Tendência Pragmática (caracterizadas por ações pontuais, baseadas no comportamento e normalmente a partir de datas comemorativas). Este fenômeno é confirmado na literatura, pois diversos estudos apontam que a EA formal segue os caminhos da pedagogia tradicional, baseando suas ações no comportamento individual, sem continuidade e sem o envolvimento do coletivo escolar.

No entanto, defende-se que é necessário ir além dessa perspectiva e compreender o todo. Não se pretende aqui eximir o valor das práticas individuais de cada cidadão; contudo, elas devem ser fruto de uma ação coletiva, contemplada por um grupo ou comunidade.

Outra postura estimulada por esse posicionamento é que *se reciclar podemos consumir*, ignorando o processo de produção de determinado produto e seu processo de reciclagem, que também tem seu impacto no Ambiente. Nota-se que os educadores desenvolvem reflexões acerca de um pensamento Crítico, procurando desenvolver a Educação Ambiental contextualizada a partir dos problemas sociais, políticos, econômico e educacional.

Todavia, ainda demonstram dificuldade em aplicar suas reflexões no cotidiano, mais especificamente em suas práticas, pois, ainda desenvolvem atividades limitadas ao contexto de data comemorativa, sem continuidade e sem envolvimento do coletivo escolar (direção, professores, alunos, funcionários e pais).

Assim, percebe-se que os aspectos da cultura regional se perpetuam por meio das novas gerações, num processo de aperfeiçoamento e incorporações de novos saberes aos antigos, revelando avanços em concepções e ações no campo ambiental. Constatou-se também a necessidade de compreender as causas da crise ambiental, para então, sentirem-se seguros nos encaminhamentos pedagógicos.

Sendo assim, entendem-se a cultura como a soma dos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, intelectuais de uma população que manifestam-se nas relações estabelecidas em sociedade e com seus pares, revelando assim suas crenças e valores locais.

A partir da inserção da temática ambiental nos currículos escolares e está se estender a comunidade, certamente ocorrerá o surgimento de novas posturas e uma nova relação entre homem-natureza, de acordo com a Figura 17.

Figura 13. Cultura Ambiental



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Nesse sentido, esta pesquisa procura contribuir para minimizar esse distanciamento entre o campo teórico e prático, a fim de desenvolver uma atitude crítica, reflexiva e política mediante os problemas ambientais e sociais. Sendo assim, recorreu-se às contribuições de Pedro Roberto Jacobi, que afirma que o Ambiente deve ser o elemento articulador entre os conteúdos das diferentes disciplinas na escola. A partir disto, ressignificar e superar o reducionismo existente e, por fim, estimular o “[...] diálogo entre os saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza” (JACOBI, 2005, p.245).

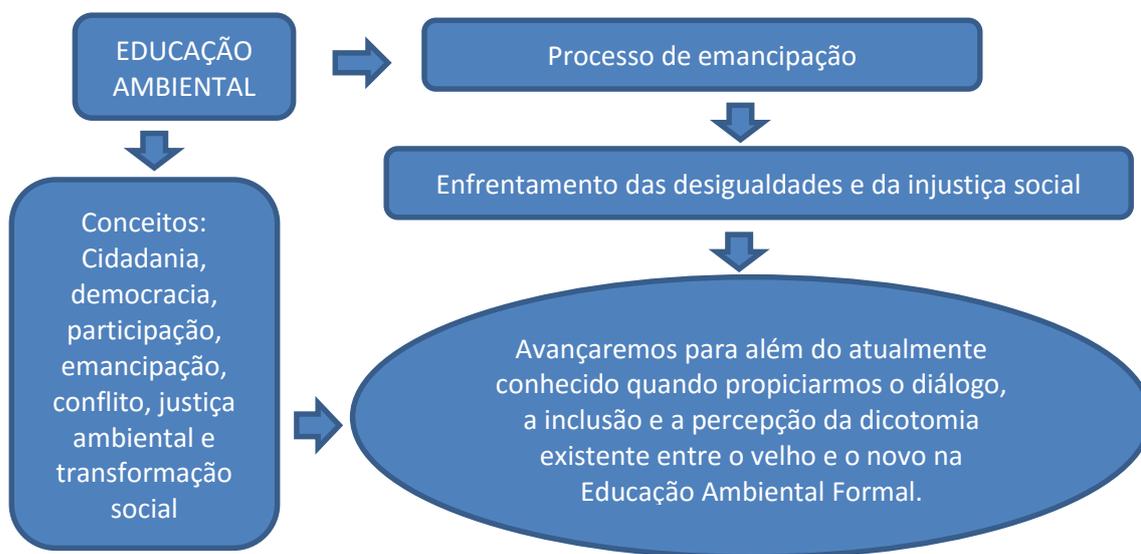
Outra ação importante que pode contribuir nesse processo são as práticas interdisciplinares no ambiente escolar que promovem a interação entre as disciplinas e superam a compartimentalização das mesmas. Segundo o mesmo autor, o conhecimento transdisciplinar se caracteriza por um enfoque mais ousado do conhecimento que “[...] pressupõe o desenvolvimento de metodologias interativas, configurando a abrangência de enfoques e contemplando uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas” (JACOBI, 2005, p.246). Já que, conforme defende o autor, o contexto epistemológico da educação ambiental permite um conhecimento aberto, processual e reflexivo, a partir de uma articulação complexa e multirreferencial.

Assim, o conhecimento desenvolvido em uma prática interdisciplinar torna-se mais complexo. Cabe aqui ressaltar que este tipo de conhecimento indica a necessidade de apropriação por parte dos estudantes, de modo a favorecer a assimilação e a construção de novas posturas e atitudes. E por fim, ele também propicia a compreensão de que a crise ambiental não é inerente aos problemas da natureza, mas sim de um conjunto de elementos estruturantes (por exemplo, econômico, político, social, educacional e cultural).

Corroborando a ideia de uma educação aberta e sem preconceitos, concordamos com Tristão (2005), cuja afirmação se vale da importância de uma Educação Ambiental que aceite as diferenças, as subjetividades e os distintos estilos de cultura, de modo a desenvolver novos conhecimentos. Neste sentido, para obtermos uma Educação que promova a emancipação pessoal e coletiva da comunidade, há a necessidade de se assegurar a participação de todos nas tomadas de decisões e, conseqüentemente, sugerir o *empoderamento* das ideias coletivas.

Logo, o processo de emancipação, conforme defendido por Layrargues (2011), viabiliza a responsabilidade da Educação Ambiental Crítica no processo de enfrentamentos das desigualdades e da injustiça social, especialmente na escola. Conceitos como “[...] cidadania, democracia, participação, emancipação, conflito, justiça ambiental e transformação social” (LAYRARGUES, 2011, p.11) devem fazer parte das discussões e abordagens da Educação Ambiental na escola, pois assim, promoverão a integração das dimensões políticas e sociais desejada na Educação, de acordo com a Figura 19.

Figura 14. Educação Ambiental (Layrargues; Lima 2011)



FONTE: Elaborado pela autora (2016).

Por fim, parafraseando Layrargues, defende-se que avançar para além do atualmente conhecido quando se propicia o diálogo, a inclusão e a percepção da dicotomia existente entre o *velho* e o *novo* na Educação Ambiental formal.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (org). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Editora Univille, 2003.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BARBOSA, G. S. Olhares sobre a educação ambiental na escola: as práticas e as estratégias educativas de implementação. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 14, nº 2, p. 71-93, set.2009/fev.2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 2ª reimp. da 1ª edição. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T. A visibilidade ambiental em perspectiva sociológica: estudo comparado Brasil-Portugal. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, nº33, p. 318-345, mai/ago 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conselho Municipal de Meio Ambiente**. Brasília, 2015.

BRASIL. Constituição. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. Constituição (2001). Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto das Cidades**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3ª edição. Brasília, 2005.

_____. Constituição (2000). Lei nº. 9.985, de 18 de janeiro de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 28.mai.2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais – Meio Ambiente. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação. In: LAYRARGUES, P. P. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, S. N. Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.4, p. 130 – 135, out./dez. 2001.

CEPPE DO BRASIL – Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento. **Santa Helena em números**. Santa Helena, 2013. Disponível em: <<http://ceppedobrasil.com.br/santahelenaemnumeros/>>. Acesso em 28.mai.2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. **Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu**. Santa Helena. Disponível em: <<http://www.lindeiros.org.br/lindeiros/paginas.php?idmat=918>>. Acesso em: 27.mai.2015.

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In.: TRIGUERIO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 5ª edição. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO SÃO ROQUE. **Projeto Político Pedagógico**. Santa Helena, PR, 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0B3cK3UapAn3eNExmSEd1Vm5wXzg&usp=sharing>>. Acesso em: 17 maio 2016.

CUBA, M. A. **Educação Ambiental nas Escolas**. ECCOM, vol. 1, nº 2, p. 23-31, jul./dez., 2010.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 8ª edição. São Paulo: Gaia, 2003.

FERREIRA, Y. N. **Metrópole Sustentável?** Não é uma questão urbana. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.14, n.4, p. 139 – 144, out./dez. 2000.

FILVOCK, S. F. TEIXEIRA, C. F. **Análise da relação homem na natureza nos parâmetros curriculares nacionais – temas transversais: educação ambiental**. VI EDUCERE – Congresso de Educação da PUCPR, Curitiba, 2006.

FOLADORI, G. TAKS, J. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. Mana, Rio de Janeiro, vol.10, nº 2, p. 323-348, out. 2004

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A.; AVELINO, N. Educação, meio ambiente e cultura: alquimias do conhecimento na sociedade de controle. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, vol. 25, nº 3, p. 327-351, dez. 2009.

GUERRA, A. F. S.; GUIMARÃES, M. Educação Ambiental no contexto escolar: questões levantadas no GDP. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2, nº 1, p. 155-166, 2007.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Edições Ministério do Meio Ambiente, 2004.

JACOBI, P. R; Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, volume 31, nº 2, p. 233-250, 2005.

LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. **OLAM: Ciência & Tecnologia**, ano II, volume 2, número 1, 2002.

_____. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R. C. De (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez. P. 72-103. 2006.

_____. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou uma atividade fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. **Verde Cotidiano: meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporâneas no Brasil**. VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental", Ribeirão Preto, São Paulo, set. 2011.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação ambiental na escola: tá na lei... In: **Vamos cuidar do Brasil – Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: Brasília, 2007.

LOUREIRO, C. F.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?" In: **Vamos cuidar do Brasil – Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: Brasília, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONDES, C. R. **Defesa Civil: Orientação Legal – Ações nas Emergências**. 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/orientação_legal_ações_nas_emergências.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

MARTINEZ, P. H. O sentido da devastação: para uma História Ambiental no Brasil. **Revista Esboços**, v. 12, nº 13, p. 72-83, 2005.

MENDONÇA, P. R. **Avaliação dos Parâmetros em Ação** – Meio Ambiente na Escola: um programa de Educação Ambiental do Ministério da Educação. II Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - Anais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. São Paulo, 2004.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. 9ª reimpressão da 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, E.; ENS, R. T.; ANDRADE, D. B. S. F.; MUSSIS, C. R. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, vol. 4, nº 9, p. 11-27, mai/ago 2003.

OLIVEIRA, W. J. F. Gênese e Redefinições do Militantismo Ambientalista no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 3, p. 751-777, 2008.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 24, nº 68, p. 81-101, 2010.

PARANÁ. **Política Estadual de Educação Ambiental**. Lei 17.505 de 11 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://sites.uepg.br/prograd/wp-content/uploads/2013/11/deliberacao_04_13.pdf> acesso em 18.jun.2014.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, volume 7, número 2, p. 305-322, jul./dez., 2005.

SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio ambiente. **Revista Mundo & Vida: alternativas em estudos ambientais**, Niterói, vol. 2, p. 7-13, 2000.

SANTA HELENA. **Plano de Manejo do Refúgio Biológico Santa Helena** – Área de relevante interesse ecológico – ARIE-SH. Santa Helena, Nattual Engenharia Ambiental, 2010.

_____. **Plano Diretor Participativo Municipal 2008 – 2018**. Lei Municipal nº.1.997 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009. Santa Helena, 2009.

_____. **A história de Santa Helena por meio da fotografia**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Divisão de Patrimônio Histórico. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/historia/default.htm>>. Acesso em 04.jun.2015.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento, 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SCHNEIDER, E. **Gestão Ambiental Municipal**: prevenção ambiental e o desenvolvimento sustentável. In: XX ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia da Produção, 2000, São Paulo: ABEPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2000. Vol. I.

SILVA, A. C. S. O trabalho com educação ambiental em escolas de ensino fundamental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**: Revista do PPGEA/FURG-RS. Rio Grande - RS, p.37-52, jan./jun. 2008. Semestral.

SILVA, M. R. Educação Ambiental e atuação das ONG's: uma análise das ações da ecoa em MS. 2012. 169 páginas. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia. Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS, 2012.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.A. Educação Ambiental com política pública. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 31, nº 2, p. 285-299, mai/ago. 2005.

SOUSA, A. C. A. A evolução da política ambiental no Brasil do séc. XX. **Revista Achegas.net**, número 26, pp. 1-10, nov./dez. 2005.

STERCHILE, A. **A história das instituições escolares de Santa Helena**. 2006. 39 p. Especialização em História da Educação Brasileira – Unioeste, Cascavel, 2006.

TIRELLI, I. C. S. A percepção da prática da educação ambiental nas escolas públicas regulares vinculadas à Diretoria de Ensino da Região de Guaratinguetá – SP: um estudo de caso. **Revista de Educação, Cultura e Comunicação do Curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (ECCOM)**, vol. 1, nº 1, p. 47-55, jan/jun, 2010.

TBILISI. Constituição (1977). **Primeira Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental**. Tbilisi, Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tbilisi.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C.; CAMPOS, L. M. L. Educação ambiental escolar, formação humana e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**. Curitiba, edição especial nº3/2014, p. 145-162. Editora UFPR.

TRISTÃO, M.; Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, volume 31, nº 2, p. 251-264, 2005.

UHR, D. A. P.; UHR, J. G. Z.; MUELLER, B. P. M. Como as ONGs Ambientais Influenciam a Política Ambiental Brasileira? **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol.66, nº.1, Jan./Mar. 2012.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**. São Paulo. V. 4, n.8, p. 198-215. 1991.

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de questionário entregue aos professores e funcionários

Caro Participante:

Este questionário é peça fundamental no estudo sobre A concepção de educação ambiental utilizada nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena – PR, desenvolvido no Mestrado em Ciências Ambientais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* Toledo. O objetivo deste é contextualizar e analisar a compreensão de Educação Ambiental utilizada nos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena – PR, de modo a identificar e analisar o conceito de Educação Ambiental formal; caracterizar a cultura ambiental do município de Santa Helena, de modo a discutir os meios de acesso e implantação da Educação Ambiental nos estabelecimentos de ensino; confrontar as práticas ambientais existentes nos estabelecimentos estudados com as ações previstas no programa de Educação Ambiental.

Este questionário é de preenchimento individual, não é necessário colocar nome e as respostas serão mantidas em sigilo.

Desde já os nossos agradecimentos pela colaboração.

Mestranda Adriela Sterchile

Prof. Dr. Terezinha Corrêa Lindino (orientadora)

QUESTIONÁRIO

Dados do Participante:

- Sexo: Feminino Masculino
- Idade: 18 a 29 anos 30 a 45 anos
 46 a 65 anos Mais de 65 anos
- Escolaridade: Fundamental incompleto
 Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
- Profissão:

- Tempo de serviço: 01mês a 05 anos 06 a 15 anos
 16 a 25 anos Mais de 25 anos
- Forma de Contratação: Efetivo Contratado

QUESTÕES

INSTRUÇÕES: Em cada pergunta ou afirmação, assinale somente uma alternativa que melhor se aproxima da sua opinião.

1. A Educação Ambiental desponta no cenário mundial, a partir da década de 1970, com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972. Muitos conceitos de Educação Ambiental foram disseminados. Sendo assim, qual dos conceitos abaixo apresenta a melhor definição de Educação Ambiental para você:
 - () A Educação Ambiental contribui ao analisar as diversas propostas que dividem o campo da sustentabilidade, identificando e diferenciando os valores, interesses e significados que as norteiam. Também, promove a consciência autônoma do sujeito e amplia sua capacidade de decisão, de modo a conviver com a responsabilidade, a incerteza e a autoria criativa no mundo em que vive.
 - () A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.
 - () Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

2. Ao educador indica-se a tarefa de mediar o conhecimento que seu aluno possui ao conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Em suas ações, procura desenvolver novas leituras do mundo, da vida e das ações humanas sobre ambos. Considerando a Educação Ambiental, em sua opinião, qual o perfil que o Educador Ambiental deva possuir:
 - () O Educador Ambiental deve ter a postura de aprender ensinando e disposto a aprender com seu aluno. Deve assumir uma postura aberta ao diálogo, reconhecendo situações problemas e procurando resolver. Ele tem orientações que lhe permitem agir com segurança, fornecendo um passo a passo.
 - () É necessário ao Educador Ambiental um amplo conhecimento sobre as questões ambientais e a cultura local, incluindo os sistemas de gestão. Desse modo, o educador ambiental deve ter capacidade tanto para desenvolver ações educativas com grupos culturalmente diferenciados, quanto para mediar

situações conflituosas que envolvem interesses de vários atores sociais na disputa pelo controle e uso de recursos ambientais.

- () Cabe ao educador ambiental tem domínio dos conteúdos da Biologia, Física ou de Ciências, para transmitir as informações corretamente. São tidos como explicadores, difusores das verdades da natureza.
3. A Educação Ambiental surge no Brasil por volta da década 1970. Os movimentos sociais ganham força no cenário nacional, e a Educação Ambiental conquista seu espaço com sua institucionalização em 1973. Sendo assim, e de acordo com aspectos legais existentes, como a Educação Ambiental foi apresentada para você:
- () A Educação Ambiental deve contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, e as Graduações. Abrangendo a educação informal também. Esta deve ter um caráter interdisciplinar e dialogar com todos os saberes.
 - () A Educação Ambiental necessita da sua institucionalização no formato de uma disciplina para assegurar que os conteúdos sejam efetivamente trabalhados. Pois da forma como está sendo trabalhada, ninguém se compromete além, de alguns colegas esperarem que o outro trabalhe, e no final do ano, nada foi feito.
 - () A Educação Ambiental deve sustentar as práticas existentes seja na educação formal, não formal ou informal, de modo a legitimar as posturas exigidas pela legislação.
4. Na literatura, encontramos várias definições de práticas ambientais. Na sua perspectiva, as práticas realizadas na sua escola apresentam como objetivo:
- () Ser considerada como algo próprio do ser humano, fruto do seu processo de aprendizagem. Ao internalizar o conteúdo aprendido, o aluno tem capacidade de conscientemente assumir uma ação, optando por torná-la uma prática cotidiana ou não. Por exemplo, ao aprender que a água é um recurso finito e sua importância para sobrevivência de todas as espécies, o aluno perceberá se há ou não necessidade de usar esse bem comum de forma consciente. Não por influência da família ou da escola, mas devido sua própria análise.
 - () Como uma tarefa a ser executada, pois afinal, de nada adianta aprendermos os conteúdos na teoria se na prática não existe ação. No caso da Educação Ambiental ainda mais, pois precisamos desempenhar alguma ação referente ao conteúdo aprendido. Por exemplo, ao trabalharmos com água, o aluno deve, pelo menos, passar a escolar os dentes com a torneira fechada para evitar o desperdício da água potável.
 - () Acreditar que o ambiente escolar precisa conciliar a teoria com a prática. Quando o aluno aprende uma atividade na escola, cremos que em casa ele tende a repetir, desta forma, ele se torna um agente de Educação Ambiental. Por exemplo, ao aprender na escola sobre a necessidade de usarmos racionalmente a água, o aluno aprende também como economizar a mesma. Ao chegar em casa, ele irá difundir esse conhecimento com seus familiares e, conseqüentemente, os demais passaram a adotar uma prática de Educação Ambiental.

5. A *Escola Espaço Feliz*¹⁰ está desenvolvendo um programa de Educação Ambiental com seus alunos. A direção e equipe pedagógica organizaram uma reunião para estabelecer as diretrizes do programa, linhas de atuação, ações a serem desenvolvidas, entre outros aspectos. Os professores e funcionários apresentaram algumas propostas. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta a melhor proposta, em sua opinião:

- () O primeiro grupo apresentou três momentos de ações para ocorrer durante o ano letivo. Inicialmente as atividades estariam relacionadas com o tema água (22 de março): preservação, consumo consciente e manutenção da vida. No mês de junho trabalhar-se-ia com o meio ambiente: problemas ambientais, finitude dos recursos naturais, e a conclusão seria em setembro, contemplando o dia da árvore (21), no qual se destacaria a importância da conscientização e responsabilidade humana sobre o meio ambiente.
- () O segundo grupo pensa que a Escola deve analisar a realidade local e a partir desta demanda instituir as ações. No caso desta escola, o grupo pensa em trabalhar com o consumo infantil, visto que as crianças estão se tornando consumidores em potencial e os riscos que esse comportamento oferece. Sugerem iniciar as atividades com um levantamento dos últimos brinquedos que as crianças ganharam, os que possuem, e o tempo de vida de cada um. A influência da mídia, a postura dos pais entre outros aspectos. A partir de então, estimular a compreensão nas crianças do impacto desse consumismo e difundir práticas responsáveis diante do mercado.
- () O último grupo sugeriu um projeto anual sobre a Reciclagem. Acreditam que deve estimular o consumo consciente, a separação correta dos resíduos e a reutilização. Pensam em até colocar um posto de coleta na escola e, quem sabe, vender o material recolhido e transformar em recursos para manutenção da escola.

6. No mesmo município onde se localiza a *Escola Getúlio Vargas*¹¹, uma usina de reciclagem funciona regularmente e apresenta bons índices de coleta de resíduos. Como a cooperativa acredita que pode melhorar seus rendimentos, ela procurou a Secretaria Municipal de Educação deste município e com ela firmou uma parceria. Nesta parceria, ficou estabelecido que as escolas contribuíssem desenvolvendo práticas de Educação Ambiental. Assim, em sua opinião, qual é a melhor alternativa a se indicar para a escola:

- () Desenvolver um trabalho de conscientização com os alunos sobre o consumo. Desta forma, foi trabalhada a coleta seletiva, a separação de acordo com o material, porém a ênfase maior ocorreu com a reutilização e diminuição do uso das embalagens.

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ Nome fictício.

- () Incentivar a coleta seletiva, por meio da separação adequada (metais, vidros, papel...), ocorrerá a instalação de lixeiras em todas as escolas, com premiação para aquela que recolher mais resíduos.
 - () Desenvolver o projeto a partir da perspectiva do aluno como multiplicador, considerando que o que ele aprendeu na escola irá repassar para sua família, desta forma, a reciclagem obterá mais adeptos e, conseqüentemente, melhorará a arrecadação da cooperativa.
7. Na *Escola Criança Alegre*¹², os professores sentiram a necessidade de desenvolver ações relacionadas com o aproveitamento da água chuva. O assunto foi discutido em reuniões pedagógicas e o colegiado resolve construir uma cisterna. Na justificativa do projeto, os docentes optaram pela seguinte argumentação: assinale a alternativa que apresenta a melhor justificativa, em sua opinião:
- () Respeitando as atuais demandas a respeito da utilização dos recursos naturais (água, minerais, solo, entre outros), acreditamos ser necessário adotarmos posturas conscientes com relação a utilização desses recursos. Como neste ano o foco do nosso trabalho é a água, pensamos na instalação de cisternas objetivando a diminuição do consumo da água potável, e a utilização da água da chuva para realizar a limpeza do espaço escolar. Acreditamos também que a partir do momento em que a escola assume uma postura coerente, as lições que ensina assumem uma relevância maior. E, principalmente, os alunos percebem que a escola terá uma nova postura, e pressionarão seus pais a adotarem novas posturas em casa.
 - () A partir dos estudos realizados e dos dados analisados, percebemos a necessidade de adotarmos novas posturas. O consumo de água na escola é alto, e a água potável é utilizada desde a limpeza até a preparação do lanche. Sendo assim, acreditamos que ao utilizarmos as cisternas poderemos diminuir o consumo da água potável e utilizarmos a água da chuva para a limpeza das calçadas, descarga de vasos sanitários, irrigação dos jardins entre outros. Precisamos de ações permanentes no ambiente escolar, com continuidade.
 - () Considerando a escassez da água potável e a crise ambiental, acreditam ser necessárias ações para reduzir o consumo e preservar a água que ainda temos. Portanto, ao instalar as cisternas na escola, diminuirá consideravelmente o consumo da água potável, e a água da chuva será utilizada para a limpeza do educandário. É importante salientar que os custos com a instalação e manutenção são baixos, e ainda, na nossa região, a quantidade de chuvas é satisfatória, o que contribui valorosamente para a instalação das mesmas.
8. Anualmente, a *Escola Bom Sucesso*¹³ desenvolve projetos de Educação Ambiental com seus alunos. Neste ano, a temática abordada é sobre o uso de agrotóxicos, tendo em vista que as pragas vem aumentando e assim, o agrotóxico é utilizado na lavoura, pecuária e até mesmo no ambiente

¹² Nome fictício.

¹³ Nome fictício.

doméstico. Os professores estão preocupados com o risco à saúde das crianças e demais membros da comunidade. Desta forma, ao analisar quais ações à escola pode realizar para contribuir com a comunidade, assinale a alternativa que representa sua opinião:

- () Pensamos ser necessário iniciar um trabalho com os pais inicialmente, visto que eles são responsáveis diretos pelo consumo dos agrotóxicos, e quando obtiverem maiores informações sobre os riscos que o produto oferece, poderão pensar em estratégias.
 - () A partir do momento em que a comunidade conhecer os riscos do uso dos agrotóxicos, será possível pensar em ações que minimizem o uso dos mesmos e até mesmos o cultivo de produtos orgânicos.
 - () Acreditamos que devem incentivar a limpeza das embalagens e devolução a empresa fornecedora. Afinal de contas, hoje é difícil até mesmo manter uma horta sem utilizar alguns tipos de fungicida ou inseticida.
9. A *Escola Bom Jardim*¹⁴ desenvolve ações de Educação Ambiental com seus alunos há alguns anos. Já realizaram campanhas no bairro de conscientização do uso dos recursos naturais, sobre a reciclagem, sobre plantas medicinais, entre outros temas. Nos últimos anos, vem dedicando-se a recuperação de uma nascente próxima à escola. Entre as atividades já realizadas, existe o mapeamento do córrego (causas que levaram a escassez da mata ciliar, recuperação e plantio de novas árvores para mata ciliar, visitação com os alunos, entre outras). A discussão agora é sobre a continuidade ou não do projeto. Sendo assim, assinale a alternativa que representa sua opinião:
- () Continuaremos com as visitas, pesquisas e estudos, pois o trabalho com o córrego não pode ser considerado como acabado é uma atividade constante. Poderemos trabalhar com um novo tema, mas não desligar as atividades relacionadas com o córrego.
 - () Acreditamos que já realizamos todas as atividades possíveis, e agora devemos partir para uma nova temática. Esse tema já deu o que tinha dar, até os alunos já estão cansados.
 - () Pensamos que devemos ter outro foco agora, abordar um tema novo que ainda não foi trabalhado. Quando for dia da água ou outra data afim ou correlacionada, visitamos o córrego e desenvolvemos alguma atividade.
10. A partir do currículo adotado por sua escola, como são desenvolvidas cotidianamente as atividades relacionadas às questões ambientais:
- () As atividades são realizadas observando o calendário, a partir das datas relacionadas com a temática ou quando temos a necessidade de abordar algum tema ligado a Educação Ambiental.
 - () As atividades de Educação Ambiental normalmente envolvem duas ou três disciplinas que os conteúdos a serem trabalhados se aproximam da Educação

¹⁴ Nome fictício.

Ambiental, por exemplo: Ciências e Geografia, ou Biologia, Química e Geografia.

- () As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas envolvem todas as disciplinas, pois cada área do conhecimento tem sua contribuição para dar. Cada professor na sua especialidade dialoga com seus colegas, analisando como sua especificidade pode contribuir para a resolução da situação apresentada, superando a fragmentação do conteúdo.

ANEXO

Parecer favorável do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Concepção de Educação Ambiental utilizada nos estabelecimentos de ensino no município de Santa Helena - PR

Pesquisador: Adriela Sterchile

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34547814.1.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 774.239

Data da Relatoria: 28/08/2014

Apresentação do Projeto:

A proposta está bem elaborada e fundamentada, constando todos os itens necessários à apresentação.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a compreensão de Educação Ambiental utilizada nos estabelecimentos de ensino do município de Santa Helena-Pr.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Previstos na proposta.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relevante para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No formulário da plataforma consta um número de 382 pessoas envolvidas no projeto, porém na folha de rosto o número de participantes é de 380 pessoas.

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 774.239

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado. O projeto não necessita adequações.

CASCADEL, 01 de Setembro de 2014

Assinado por:
João Fernando Christofoletti
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIA

Bairro: UNIVERSITARIO

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3272

CEP: 85.819-110

E-mail: cep.prppg@unioeste.br